

### **35. PROPOSTA DE AÇÕES INTEGRADAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL:**

Submete-se à consideração do Executivo com vista à Assembleia Municipal, proposta de ações integradas para o desenvolvimento rural.

Os documentos dão-se como reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado por todos os membros presentes na reunião.



## AÇÕES INTEGRADAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

A presente proposta de introdução de incentivos financeiros, em complemento às ações já implementadas para o desenvolvimento rural do concelho de Braga, constitui-se como mais um passo na persecução de uma gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais, gestão que a par da revitalização económica e social das zonas rurais, emerge das grandes orientações comunitárias transcritas para as linhas estratégicas nacionais.

A pertinência da proposta assenta na ponderação sobre três grandes componentes, cuja análise detalhada dá corpo às três Partes anexas a esta proposta, sendo as mesmas: *Objetivos e enquadramento estratégico*; *Ações e medidas de política municipal* e *Caracterização e tendências do rural em Braga*.

Convictos de que os argumentos aduzidos nas três Partes acima descritas são suficientemente esclarecedores, propomos que em complemento a todas as ações e medidas constantes na Parte II, seja enviada à Assembleia Municipal a seguinte proposta:

1. Associado ao previsto no Código Regulamentar relativamente às taxas de licenciamento para instalações agrícolas propomos a redução de 80% de Taxa Municipal de Urbanização, prevista no art.º H -2 - 1º/2º para instalações agrícolas. Neste sentido encontram-se abrangidos pelos incentivos descritos: Vacarias, estábulos, salas de ordenha, silos, anexos agrícolas, estufas agrícolas, entre outros, excluindo-se habitação.
2. A redução de 50% das taxas de licenciamento para empreendimentos e unidades de turismo em espaço rural desde que o requerente:
  - a. Cumpra no âmbito da reabilitação do património rural as indicações do regulamento, em anexo, confirmadas pelo município aquando o processo de licenciamento ou sujeita a prévia vistoria a realizar pelos serviços municipais para verificação do cumprimento do **Regulamento para a Recuperação do Património Edificado em Espaço Rural** – anexo I;
  - b. Demonstre a existência de um Plano de Investimento e de criação de postos de trabalho no âmbito do turismo em espaço rural, sujeito a avaliação de interesse económico pela InvestBraga, EM;
  - c. Para efeitos do disposto nas alíneas anteriores consideram-se enquadráveis as Unidades de criação ou desenvolvimento de produtos turísticos, nomeadamente ecoturismo, enoturismo, turismo associado a atividades de caça e pesca, turismo equestre, religioso, de saúde, cultural e de Parques Temáticos localizados nas Unidades de Paisagem intituladas como Vale do Cávado, Encosta dos Santuários e Veigas de Braga, em planta anexa, bem como o Alojamento turístico de pequena escala integrados nas seguintes tipologias de empreendimentos turísticos: turismo de habitação, turismo no espaço rural no grupo de casas de campo, parques de campismo e caravanismo e de turismo de natureza.

Tendo em consideração que o ponto 1 e 2 do presente documento implicam a alteração das taxas atualmente em vigor para este tipo de infraestruturas propõe-se a alteração do mesmo no Código Regulamentar e na Tabela de Taxas.

3. **Protocolo de cooperação entre o Município de Braga e a ATHACA** (em anexo) com vista ao desenvolvimento integrado de políticas públicas de proximidade com vista ao incentivo à reabilitação do património rural e à dinamização turística do concelho;
4. **Protocolo de cooperação entre o Município de Braga e a CAVAGRI** (em anexo) visando regular a participação da CAVAGRI, CRL na concretização da estratégia municipal para o desenvolvimento rural do concelho de Braga.

As reduções de taxas propostas consubstanciam medidas de discriminação positiva para os residentes nas freguesias rurais e para quem nelas pretenda investir. Reconhece-se a **importância das fileiras de produção do leite e da carne de bovinos para o desenvolvimento económico do setor primário no concelho**; pretende-se estimular a agricultura biológica, assumindo maior relevância áreas de inovação agroalimentar, por exemplo, as plantas aromáticas e medicinais, a produção de fruta, o sector vitivinícola, a produção de mel, os cogumelos, os produtos gourmet, bio etc; **incentiva-se a manutenção da paisagem rural, a promoção turística e a reabilitação patrimonial das áreas rurais; não descurando a importância do reforço da competitividade das PME**. Pretende-se valorizar as características patrimoniais e elementos de interesse histórico – cultural de manifesto potencial turístico, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida e os serviços de apoio económico-social e, atrair o turismo, fomentar e incentivar atividades complementares à agricultura.

Braga, 4 de julho de 2017

O Vereador do Pelouro do Planeamento e Ordenamento do Território - Miguel Bandeira

O Vereador do Pelouro do Desenvolvimento Rural - Altino Bessa

InvestBraga, EM - Carlos Oliveira



## DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO, ADMINISTRAÇÃO E PROSPETIVA

### Divisão Serviços Jurídicos e Contencioso

**Assunto: Proposta denominada “Ações Integradas para o Desenvolvimento Rural”.**

De forma perfunctória e olhando ao que é essencial, cumpre dizer o seguinte:

1. Do ponto de vista estritamente legal, não vemos inconveniente nas propostas de redução das taxas. Para o efeito, impõe-se, no entanto, a observância do regime previsto no Código do Procedimento Administrativo e desde já do estabelecido no artigo 98º do CPA.
2. No que se refere ao protocolo com a Associação denominada “ATHACA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave” de que juntamos ora os Estatutos - prescindindo aqui, por uma questão de economia no parecer solicitado, da análise da terminologia utilizada no texto do protocolo – também não temos objeções a fazer, salientando-se que na situação em causa não é permitida a concessão de qualquer tipo de apoio/subsídio ou comparticipação, aspeto que é respeitado no texto proposto.
3. *Mutatis mutandis*, no que concerne ao protocolo com a Cooperativa CAVAGRI, de que juntamos também os Estatutos, com enquadramento nas atribuições municipais no domínio da saúde, desenvolvimento rural, património, promoção do desenvolvimento, entre outras, previstas no artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - diploma legal que define o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias .

Neste contexto, sugerimos que este assunto seja relegado ao Sr. Diretor Municipal e posteriormente ao Sr. Presidente para a devida tramitação.

À consideração superior.

Braga, 19 de julho de 2017.

A chefe de divisão,

*Luanda*  
19/7/2017  
O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva  
Miguel Antunes Guimarães

*[Handwritten signature]*



**BRAGA**  
Município

**Documento nº:** I/193/DSJC/2017

**Data Registo:** 17-07-2017

**Assunto:** Ações Integradas para o Desenvolvimento Rural

**Classificador:** 0 - GENÉRICO

**Tipo Documento:** Informação Interna

**Livro:** Documento Interno

**Entidade:**

**Nome/Designação:** Teresa Rodrigues

**Endereço:**

**Utilizador:** Teresa Rodrigues

**Destinatário:** Teresa Rodrigues

**Conhecimentos:**

**Data:** 17-07-2017 14:45:24

**Documento:** I/193/DSJC/2017

Criação automática de pedido

**Utilizador:** Teresa Rodrigues

**Destinatário:** Isilda Castro (Dra)

**Conhecimentos:**

**Data:** 17-07-2017 14:48:10

**Documento:** I/193/DSJC/2017

*Os dados disponibilizados, válidos à data da sua divulgação, são da responsabilidade das respectivas fontes, sendo qualquer utilização ou manipulação posteriores da exclusiva responsabilidade do seu autor.*

## PARTE I

### Objetivos e enquadramento estratégico

A competitividade das áreas rurais e a valorização dos recursos endógenos do concelho terá que assentar, essencialmente, na dinamização dos sectores agrícola e florestal e na dinamização turística. Esta estratégia tem subjacente o princípio da sustentabilidade económica, cultural e ambiental, assente na gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais, na revitalização económica e social das zonas rurais e na promoção patrimonial e cultural. Neste contexto, emergem três objetivos estratégicos decorrentes destes princípios:

- i) A promoção e a competitividade da atividade agrícola e florestal;
- ii) A preservação da paisagem e a valorização do património rural;
- iii) A dinamização e a promoção turística.

A estes acrescem dois objetivos transversais e fundamentais para o sucesso de qualquer política pública: o reforço da coesão territorial e social e a promoção da boa governança. Assim definem-se como objetivos específicos:

1. A manutenção da atividade agrícola e/ou florestal nas zonas rurais atenuando as desvantagens económicas decorrentes da atividade agrícola e/ou florestal através do apoio/majoração aos investimentos nestas áreas numa perspetiva de promoção do equilíbrio territorial;
2. A preservação dos recursos naturais e paisagem, através do incentivo à atividade agrícola de subsistência doméstica;
3. A promoção e reabilitação do património rural integrando-o numa estratégia de dinamização turística;
4. A revitalização económica e social das zonas rurais através da qualificação do acesso aos serviços públicos de proximidade nestas áreas;
5. O apoio ao investimento económico potenciando a criação de micro empresas associadas à exploração agrícola e a atividades complementares e a legalização das unidades de exploração agrícola, sem nunca comprometer o equilíbrio territorial e a valorização da paisagem rural;
6. O desenvolvimento de competências nas áreas rurais através da formação profissional e da acessibilidade à informação por parte da população e dos agentes económicos.

## PARTE II

### Ações e medidas de política municipal

A melhoria das condições de vida, de trabalho e de produção, com reflexo no desempenho das explorações agrícolas, implica a realização de investimentos materiais de pequena dimensão, de natureza pontual e que permitem compatibilizar a prática agrícola e a manutenção da paisagem rural. A atual proposta subscreve e procura tecer contributos para os objetivos definidos para no FEADER, dos quais destacamos:

- a) Melhorar a competitividade de todos os tipos de agricultura e reforçar a viabilidade das explorações agrícolas;
- b) Promover a organização de cadeias alimentares e a gestão de riscos na agricultura;
- c) Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas que dependem da agricultura e da silvicultura;
- d) Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos sectores agrícolas, alimentar e florestal;
- e) Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais;

Ao qual acrescentamos a valorização patrimonial e turística sustentada na exploração dos recursos endógenos.

Deste modo, associado a medidas que o município já tem em desenvolvimento e que entendemos que contribuem para a dinâmica que pretendemos impulsionar nas áreas rurais tais como:

i) Programação e valorização do Solo Rural no âmbito do PDM (2015) assentou nos seguintes princípios:

- a) Ordenamento e salvaguarda dos solos rurais;
- b) Conservação da área florestal e Conservação da área agrícola;
- c) Contenção da dispersão;
- d) Consolidação dos equipamentos e Reforço da Identidade dos núcleos rurais;
- e) Preservação da identidade paisagística.

A proposta de qualificação do solo rural contempla a introdução de novas categorias, especializando o solo rural de acordo com a sua principal aptidão – a habitação e a agricultura.



Esta situação verifica-se, por exemplo, na possibilidade de prever edificação em solo rural, através da delimitação dos aglomerados rurais e das áreas de edificação dispersa, o que conduziu à criação de regras mais rígidas no que concerne à edificação em solo rural fora destes espaços, contrariando a dispersão. O PDM contempla ainda a definição dos locais mais aptos para a implantação de equipamentos e ocupação turística em solo rural, bem como de locais com vertente cultural mais acentuada.

A conservação da área florestal e sua dinamização também se reflete na proposta de revisão, através da divisão do espaço florestal em três subcategorias:

- **Espaço florestal de produção** – os espaços onde dominam os povoamentos de eucalipto e pinheiro foram qualificados como espaço florestal de produção, pelo facto de serem espécies de crescimento rápido com maior retorno financeiro. Alguns povoamentos de folhosas foram também inseridos nesta subcategoria, uma vez que apresentam potencial para produção de madeira de melhor qualidade;
- **Espaço florestal de proteção**: este espaço agrega o espaço florestal condicionado pela Reserva Ecológica Nacional, nomeadamente pelas tipologias “áreas com risco de erosão” e “cabeceiras de linhas de água”. A ocupação florestal nas áreas identificadas consiste em povoamentos de eucalipto e pinheiro, observando-se cada vez mais o aparecimento espontâneo de carvalhos e outras folhosas em fase de regeneração após incêndio e em situação de abandono prolongado. Considerou-se importante introduzir esta categoria de espaço na qualificação do solo florestal, uma vez que são áreas de declive mais acentuado e como tal sujeitas a uma maior erosão, e por se considerar que a gestão florestal destes espaços deve prever medidas de minimização dos impactos. O espaço florestal de proteção compreende ainda os povoamentos florestais de pequenas dimensões e isolados, que embora não tendo um carácter conservacionista deverão ser alvo de um cuidado acrescido, assumindo relevantes funções de enquadramento e proteção como zonas tampão no interface solo urbano/solo rural;
- **Espaço florestal de recreio, enquadramento e estética da paisagem** – este espaço corresponde às matas do Sameiro, Santa Marta – Santa Marta das Cortiças, Bom Jesus e Mire de Tibães. Os povoamentos florestais nestas áreas caracterizam-se por uma dominância de eucalipto e pinheiro, apresentando localizadamente manchas significativas de folhosas, em particular carvalhos e sobreiros. É importante dinamizar o aproveitamento dos espaços florestais para recreio e lazer, com o objetivo de desenvolver o turismo em espaço rural e o turismo de natureza, atendendo aos valores de conservação e diversidade florística, faunística, cénicos e paisagens notáveis da sub-



região. Estas áreas circundam os principais Santuários e o Mosteiro de Tibães onde se pretende alargar o turismo da natureza ao espaço florestal envolvente, potenciando a sua gestão e promoção.

ii) **Intervenção no Mercado Municipal** (MM)- Na linha de revitalização de atividades económicas tradicionais, a intervenção de reabilitação do Mercado Municipal visa reforçar a sua funcionalidade, valor patrimonial e integração urbana. Pretende-se para além de manter a vocação do mercado tradicional que o MM assuma novas valências, nomeadamente, culturais e turísticas que atraiam novos públicos, contribuindo para uma maior visibilidade, afirmação e implantação junto dos bracarenses e dos cidadãos que nos visitam. Além dos contributos para a valorização patrimonial e cultural de Braga esta intervenção irá ser capaz de fomentar a dinâmica comercial e revitalizar a atividade agrícola e pecuária no concelho. A agricultura assume simultaneamente uma importância social e territorial relativamente à criação de emprego. Dos 146 inquéritos efetuados aos comerciantes do mercado municipal, regista-se que atualmente existem 44 produtores/ vendedores, relacionados com a atividade pecuária, agrícola e de produção de carne – o que representa 30% da atividade do mercado, valores esses que se pretendem estimular com as obras previstas e a melhoria das condições do MM.

Simultaneamente é de relevar o papel da agricultura familiar dentro do cenário económico produtivo e o seu contributo para a economia familiar. O desenvolvimento de culturas embora de pequena escala, distinguem-se pelo contributo para a paisagem rural de Braga.

iii) **Feira AGRO** - a maior feira internacional do sector primário do Norte do país e da Galiza, dedicada à agricultura, pecuária e alimentação - como palco fundamental para promover o desenvolvimento das atividades económicas, reunir debater o setor primário. A AGRO faz parte da EURASCO (European Federation of Agricultural Exhibitions and Show Organizers) e, associada à Feira do Mundo Rural, pretende valorizar os costumes e as tradições na mostra do património rural;

iv) **A Criação do Gabinete de apoio ao Agricultor** cujo objetivo do mesmo é, de uma forma gratuita, profissional e personalizada, informar, sensibilizar e impulsionar o sector

agrícola, na vertente vegetal e animal e dar particular ênfase aos modos de produção agrícola mais sustentáveis, além de:

- Incentivar os modos de produção agrícola sustentáveis ambientalmente;
- Promover apoio a jovens como forma de combate à desertificação dos meios rurais;
- Divulgar junto das Juntas de Freguesia e demais interessados, a metodologia da Bolsa Nacional de Terras com vista à angariação de terrenos no concelho de Braga e à atracção de interessados no seu arrendamento;
- Informar sobre a existência dos programas de desenvolvimento rural comunitários direccionados para o investimento na vertente agrícola e de transformação de produtos agrícolas;
- Planear e apoiar acções técnicas de sensibilização em conjunto com outros parceiros para o esclarecimento de procedimentos que visam o apoio a jovens empresários agrícolas;

**v) Criação do Espaço do Investidor** – um espaço de atendimento público para apoiar os investidores e os processos de investimento em todos os setores de atividade económica, incluindo o setor primário. Constitui-se como uma “one stop Shop” para empresários e investidores, que aposta na agilização de processos, e ajuda a responder às necessidades dos investidores. Em termos de serviços disponíveis ao investimento, o Espaço do Investidor atua em diferentes áreas e desenvolve as seguintes atividades de apoio ao investimento:

- Apoiar os investidores na criação formal das empresas;
- Na procura de espaços de localização das atividades económicas;
- No apoio ao processo de licenciamento das atividades económicas e outros procedimentos no âmbito da atividade municipal;
- Na identificação de talento: recursos humanos e de mecanismos e apoios à contratação;
- Na identificação de programas e ações de apoio à formação e de valorização de competências;
- Na identificação de incentivos locais, nacionais e internacionais.

**vi) Rede de Percursos Pedestres do Concelho de Braga** - O enquadramento territorial de cada percurso baseia-se fundamentalmente no PDM do concelho de Braga, sendo,

nomeadamente, apresentadas imagens do trajeto desenhado sobre a Carta de Património e sobre a Carta de Condicionantes Gerais que fazem parte do referido documento estratégico. Esta rede de percursos assente na Carta do Património procura contribuir para o desenvolvimento de produtos turísticos nas freguesias.

vii) As atuais oportunidades no âmbito do Quadro Comunitário implicam a legalização de diversas unidades de apoio à atividade agrícola deste modo o município está a acompanhar as iniciativas por parte dos privados no sentido de regularizarem a sua atividade/ unidades de apoio à prática agrícola, no âmbito do RERAE.

viii) Está já em vigor a Redução das taxas urbanísticas para as edificações agrícolas (vacarias e cobertos de apoio à atividade agrícola) em 80%, com o agravamento de 30% se for legalização (Código Regulamentar, art.º 18 – DR, 2ª Série, nº 206 – 26 de outubro de 2016).

ix) O Município de Braga em 2011 disponibilizou local para a Minhorigem (Associação Agro-ecológica do Minho) criar a primeira feira de produtos biológicos de Braga. A mesma realiza-se semanalmente no Mercado Cultural do Carandá. Pretende-se ainda incentivar e apoiar o empreendedorismo em áreas inovadoras como a “**Agricultura Biológica**”, em sintonia com a Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica recentemente apresentada pelo Governo através do incentivo a práticas agrícolas mais sustentáveis, através do apoio a circuitos curtos agroalimentares, apoio a iniciativas de redução do desperdício alimentar e apoio a iniciativas para consumo de produtos biológicos em meios escolares. A nível nacional tem-se registado o desenvolvimento de mercados de venda direta do produtor ao consumidor. Estes mercados têm surgido por todo o país e caracterizam-se por serem reservados a produtores agrícolas e agroalimentares certificados e também os produtos comercializados serem exclusivamente produtos biológicos e possuem uma origem local identificado.

x) Hortas Urbanas – A criação de hortas urbanas tem sido uma aposta forte do pelouro do ambiente e do desenvolvimento rural de modo a estimular a prática agrícola e considerando que os espaços de agricultura urbana, devem ser incluídos num modelo de desenvolvimento da cidade, sendo múltiplos os objetivos das hortas urbanas: os espaços verdes, que permitem desoprimir o ambiente da cidade, espaços de alimentação, que

possibilitam obter alimentos de forma simples, rápida e segura, espaços de economia, que permitem adquirir hortícolas de forma económica, e assim aumentar espaços que permitam proporcionar momentos de descontração. Neste momento ao nível municipal estão ativas 10 hortas designadas urbanas/comunitárias/sociais e inclusivas, distribuídas por várias freguesias do concelho de Braga. Estas compreendem 415 talhões, onde laboram cerca de 690 utentes, fazendo um total de 22 600 m<sup>2</sup> de área cultivada, como descreve a tabela infra.

#### Hortas Urbanas em 2017

Fonte: Pelouro Ambiente e Desenvolvimento Rural

Nome da Horta	Tipologia	Área total	Área talhão	Talhões	Nº utentes
Quinta das Hortas (Maximinos, Sé e Cividade)	Comunitária	1 700 m <sup>2</sup>	45 m <sup>2</sup>	24	24 utentes
Horta do S. Gregório (Maximinos, Sé e Cividade)					DESATIVADA
Quinta das Lameiras (Nogueiró e Tenões)	Comunitária	850 m <sup>2</sup>	50 m <sup>2</sup>	16	32 utentes
Quinta das Carmelitas (Nogueiró e Tenões)	Urbana	950 m <sup>2</sup>	67.5 m <sup>2</sup>	14	28 utentes
Quinta da Armada (S. Vitor)	Urbana	1 720 m <sup>2</sup>	34 m <sup>2</sup>	56	110 utentes
Horta Bairro Stª Tecla (S. Vitor)	Social	600 m <sup>2</sup>	6 m <sup>2</sup>	20	40 utentes
Horta do Picoto (S. Lázaro e S. João do Souto)	Social	200 m <sup>2</sup>	6.6 m <sup>2</sup>	7	25 utentes
Horta UF Fraião, nogueira e Lamações	Comunitária	460 m <sup>2</sup>	30 m <sup>2</sup>	14	28 utentes
Horta de Montariol (Quartel) (S. Vicente)	Social	1 000 m <sup>2</sup>	75 m <sup>2</sup>	10	10 utentes
Horta da "Charca" (Andorinhas) (JF S. Vicente)	Urbana	2700 m <sup>2</sup>	30 m <sup>2</sup>	50	EM CONSTRUÇÃO
Horta Comunitária Parada de Tibães (Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães)	Comunitária	12 000 m <sup>2</sup>	50 m <sup>2</sup>	180	360 utentes
	Inclusiva	480 m <sup>2</sup>	20 m <sup>2</sup>	24	30 utentes
<b>CERCIBRAGA</b>					
<b>TOTAL</b>		<b>22 660 m<sup>2</sup></b>		<b>415</b>	<b>687 utentes</b>

## PARTE III

### Caracterização e tendências do rural em Braga

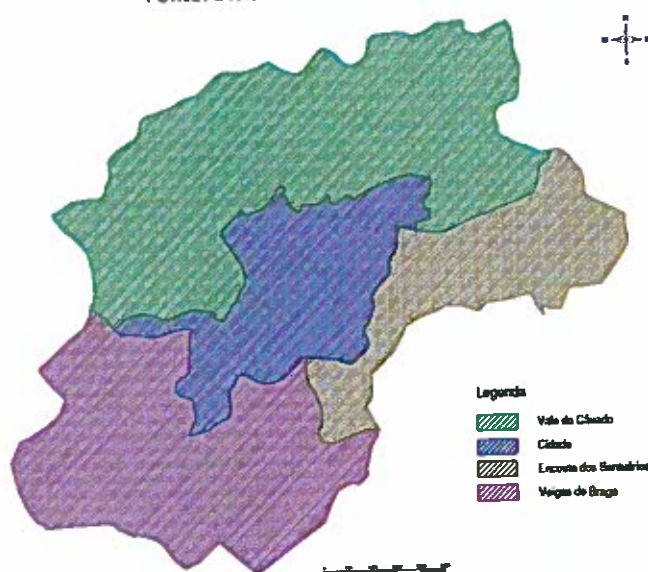
#### 3.1. O rural em Braga

Definir as áreas com características rurais num concelho do Minho, e sobretudo num concelho que acolhe a sede de distrito é, nos dias de hoje, um enorme desafio, na medida que as sociedades rurais, de características culturais e sócio-económicas exclusivamente dependente do sector primário, praticamente já não existem. Hoje a ocupação do território é eminentemente urbana, com níveis de infraestruturação elevados, vivências e ambições de acesso a equipamentos e serviços muito próximas do que comumente associamos aos espaços urbanos.

A dicotomia *clássica rural vs urbano* já não representa a realidade do Minho, e muito menos a realidade de Braga. A percepção da paisagem real sugere a identificação de níveis de ruralidade (ou de urbanidade) entre as várias unidades de paisagem em presença. Queremos com isto dizer que hoje já não é possível identificar a cidade muralhada e as aldeias ou aglomerados rurais compactos. Hoje temos porções de território que comungam de aspectos biofísicos, ambientais, culturais e sócio-económicos que lhes conferem uma unidade, e a essas porções de território apelidamos de unidades de paisagem. Identificam-se em Braga 4 unidades de paisagem: a Cidade, eminentemente urbana, e três unidades com características de ruralidade diferenciadas: o Vale do Cávado, a Encosta dos Santuários e as Veigas de Braga.

Unidades de Paisagem

Fonte: Divisão de Planeamento CMB





### 3.2. O papel económico, ambiental, social e territorial das atividades ligadas à agricultura e floresta

As atividades agrícolas têm um forte contributo para o equilíbrio territorial. Como refere o documento de orientação do *“Programa de desenvolvimento rural 2014-2020”*, em termos globais as atividades agrícolas e florestais são essenciais para o equilíbrio ecológico e a ocupação do território que importa potenciar.

Os objectivos de sustentabilidade definidos pela Comunidade em Göteborg (2001) estabelecem que *“Um sólido desempenho económico tem de ser acompanhado de uma utilização sustentável dos recursos naturais e de níveis sustentáveis de produção de resíduos, mantendo a biodiversidade, preservando os ecossistemas e evitando a desertificação.”* A agricultura assume simultaneamente uma importância social, e territorial relativamente à criação de emprego e não podemos deixar de relevar o papel da agricultura dentro do cenário económico produtivo e o seu contributo para a economia familiar. O desenvolvimento de culturas familiares embora de pequena escala são um grande contributo para a paisagem rural de Braga.

Em 2011, existiam em Braga 195 empresas que desenvolviam a atividade da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (1% das empresas não financeiras do concelho), representando 12,5% das empresas deste sector existentes no Cávado. A importância desta atividade na estrutura empresarial do concelho é inferior à presente no Norte e no Cávado (representam 3,5% e 3,8% das empresas).

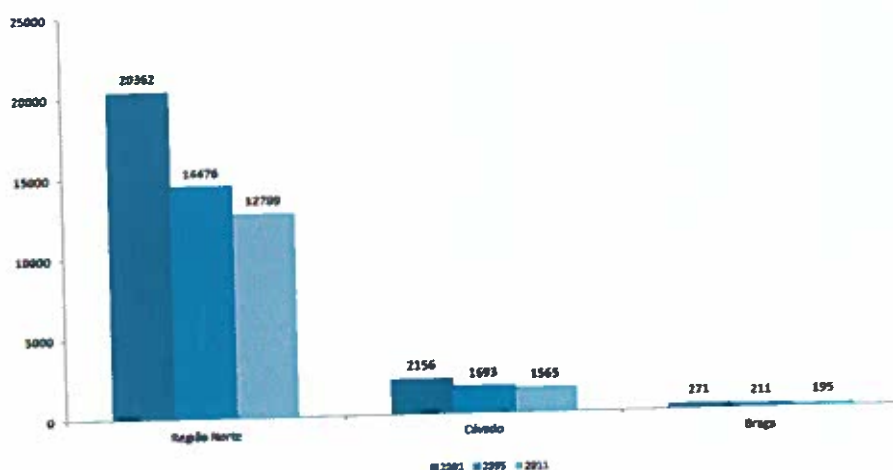


Gráfico: Empresas em nome individual e sociedades não financeiras em atividade na agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca no Norte, Cávado e concelho de Braga, em 2001, 2005 e 2011  
 Fonte: Relatório da Revisão do PDM (2015) / INE – Anuário Estatístico Região Norte

Na análise explanada no relatório da Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga constata-se que no período entre 2001-2011, a quantidade de empresas do setor primário diminuiu, ou seja, em 2011 existiam menos de 76 empresas do que em 2001 (decréscimo de 28%). A primeira metade do período de 2001-2011 registou uma maior quantidade de falências (perda de 60 empresas), e na segunda metade deste período menos 16 empresas. No entanto, segundo o INE no ano de 2014 existiam em Braga 527 empresas relativas ao sector primário, o que significa um aumento de 270% relativamente a 2011. No que respeita aos valores para o Cávado o aumento foi de cerca de 200% (1565 face a 3517 em 2014).

Entendemos que este forte crescimento deveu-se em grande parte à regularização de práticas instaladas para efeitos fiscais; de acesso a fundos comunitários e a empréstimos à banca por parte de novos empresários, nomeadamente jovens.

Ainda segundo o relatório esta atividade, em 2010, contribuiu com apenas 0,14% do VAB gerado nesse ano, pelo setor não empresarial do concelho (1.804 milhares de euros), sendo um valor reduzido e aquém dos valores aferidos em 2011 na Região Norte (0,89%) e no Cávado (1,1%).

Segundo o INE, em Braga, em 2014 o VAB no sector primário foi de 2894 milhares de euros o que representa 1.131.642 milhares de euros por empresa no município o que significa um contributo de 0.26% do VAB gerado nesse ano, ou seja, um aumento de 12% face a 2010. O volume de negócios, em 2014, no município por empresa foi de 11.242 milhares de euros.

O Relatório do INE relativo a “Contas Económicas da Agricultura, Primeira Estimativa, 2016” refere que, o Rendimento da atividade agrícola para 2016 em Portugal, por cada unidade de trabalho, deverá aumentar em 5,8% em termos reais, após um crescimento de 2,9% em 2015, associado a subsídios e à subida da produção de 38,1%.

População empregada segundo o local de trabalho, na agricultura, produção animal, caça e silvicultura e pescas. Fonte Relatório da Revisão do PDM (2015) – INE/ PORDATA– Censos 2011

	A - Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca
População total empregada nas empresas de Braga	506
População não residente mas empregada em Braga	76
População residente e empregada em Braga	430
População residente em Braga mas empregada noutro município	88
População residente em Braga mas empregada no estrangeiro	9

As 195 empresas sediadas em Braga que desenvolvem atividade de “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” empregam 506 indivíduos, dos quais 85% residem no concelho (430), e o restante 15% provem dos concelhos periféricos (76).



### 3.3. Explorações agrícolas, pecuárias e unidades de turismo rural em Braga

Segundo o Guia de Orientação do *“Programa de Desenvolvimento Rural, 2014-2020”*, baseado no recenseamento agrícola 2009, existem em Portugal 305 266 explorações agrícolas explorando 3 668 145 hectares de Superfície Agrícola Utilizada e ocupando um volume de Mão-de-obra de 367 394 UTA<sup>1</sup>, dos quais 294 415 são UTA's familiares.

A grande maioria das explorações (70%) e do volume de trabalho (72%) encontra-se no Norte e Centro do Continente enquanto a SAU se localiza maioritariamente no Alentejo (55%). Com predomínio das explorações com pequena e muito pequena dimensão económica (91%) que detêm a maioria do volume de trabalho (78%) em oposição ao predomínio em SAU (67%) das explorações de média e grande dimensão económica. Note-se que as grandes explorações sendo apenas 2,7% das explorações agrícolas detêm 40% da SAL (SAU?). Assim sendo, segundo o *“Programa de Desenvolvimento Rural, 2014-2020”*:

- i) no Norte, Centro, Algarve e R.A. Madeira, a SAU está maioritariamente nas explorações de pequena e muito pequena dimensão económica, que tendem a ser pouco especializadas e depender maioritariamente de rendimentos provenientes do exterior da exploração, não obstante a presença muito significativa de explorações especializadas em bovino de leite e viticultura, entre outras;
- ii) No Alentejo, em Lisboa e Vale do Tejo e na R.A. dos Açores, a SAU está concentrada nas explorações de média e grande dimensão económica, que tendem a ser explorações especializadas, com destaque para as especializadas em bovinos e pequeno ruminantes, mais empresariais e menos dependentes de rendimentos exteriores.

Relativamente ao concelho de Braga em 2009 estavam recenseadas 1180 explorações agrícolas representando 15% das explorações existentes no Cavado. A quantidade de explorações tem diminuído, existindo menos 566 explorações do que em 1999 (diminuição de 32%). A amplitude das perdas é superior ao averbado na região Norte (19%) e semelhante ao verificado no Cávado (31%). As 1180 explorações agrícolas existentes em Braga, são uma fonte de rendimento para 2154 indivíduos, dos quais 86,6% são de cariz familiar. A mão-de-obra agrícola é desenvolvida

<sup>1</sup>UTA – unidade de trabalho ano médio por exploração agrícola; 1 UTA corresponde a 240 dias de trabalho de 8 horas por dia

em 40,5% pelo próprio produtor e 26,3% pelo seu cônjuge (em conjunto representam 66,8% da mão-de-obra agrícola).

#### Características da Mão-de-obra Agrícola em 2009

Fonte Relatório da Revisão do PDM (2015) – INE/ PORDATA

		Portugal	Norte	Cávado	Braga
	Mão-de-obra agrícola	367 394	148 089	13 809	2 154
Mão-de-obra agrícola familiar	Produtor	160 354	65 654	5 784	873
	Cônjuge	90 170	40 011	3 898	567
	Outros membros da família	43 891	21 423	2 648	425
Mão-de-obra agrícola não familiar	Permanente	41 369	9 768	952	207
	Eventual	27 621	10 148	458	74
	Mão-de-obra não contratada diretamente pelo produtor	3 989	1 085	69	8

A mão-de-obra não familiar representa 13,4% da população agrícola, predominando os trabalhadores permanentes (9,6% da mão-de-obra agrícola). A mão-de-obra agrícola denota um crescente envelhecimento, sendo significativo que 60% da mesma apresenta mais de 55 anos (1268 indivíduos), valor superior ao aferido no Norte e no Cávado (ambos com 55%).

O setor primário integra todas as atividades que promovem o aproveitamento e a exploração dos recursos naturais produzindo matérias-primas essenciais para serem transformadas pelo setor secundário. Segundo o CAE-Rev.3 este setor integra todas as atividades afetas à “agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas”.

**Superfície Agrícola Utilizada (SAU)** é constituída sobretudo pelas explorações agrícolas ou por baldios utilizados para a alimentação dos animais. A SAU compreende assim, as terras ocupadas com culturas temporárias ou permanentes, pelas terras aráveis, hortas familiares, bem como por prados e pastagens permanentes.

#### Explorações agrícolas, segundo a utilização da SAU em 2009.

Fonte Relatório da Revisão do PDM (2015) – INE/ PORDATA– Censos 2011

	Superfície Agrícola Utilizada (S.A.U.)		Terra arável		Horta familiar		Culturas permanentes		Prados e pastagens permanentes	
	Explorações	Área	Explorações	Área	Explorações	Área	Explorações	Área	Explorações	Área
	N.º	ha.	N.º	ha.	N.º	ha.	N.º	ha.	N.º	ha.
Norte	110.578	644.027	77.615	187.375	84.239	8.211	95.943	218.545	37.832	229.897
Cávado	7.866	30.598	7.434	19.915	6.933	508	6.461	3.080	825	7.096
Braga	1.177	3.689	1.067	2.809	980	90	1.086	601	96	189

A quantidade de explorações agrícolas condiciona diretamente a superfície agrícola utilizada (SAU) de uma determinada unidade territorial. Em 2009, as 1180 explorações agrícolas em Braga (3 destas não têm superfície agrícola utilizada) apresentam uma SAU de 3689 hectares.

O desaparecimento de várias explorações agrícolas entre 1999 e 2009 contribuiu para a redução em 27% da área utilizada para a atividade agrícola (menos 1361 hectares).

A utilização mais significativa da superfície agrícola concelhia é a *"terra arável"* (76,1% da área de SAU), seguido pelas *"culturas permanentes"* (16,3%) e pelos *"prados e pastagens permanentes"* (5,1%). A *"terra arável"* é mais importante do que no Norte (representa 29,1%) e no Cávado (65,1%). As *"hortas familiares"* representam 2,4% da superfície agrícola utilizada do concelho, valor superior ao registado no Norte e no Cávado (1,3 e 1,7% respetivamente).

A maioria das explorações agrícolas possui entre 1 e 20 hectares (89% da SAU de Braga), com um total de 3288 hectares, dos quais 54,6% apresentam entre 1 e 5 hectares. As explorações com uma área compreendida entre 1 e 5 hectares sofreram um abandono mais significativo da superfície agrícola utilizada entre 1999 e 2009 (diminuição de 863 hectares), seguido pelas explorações entre 5 e 20 hectares (459 hectares).

Explorações agrícolas segundo a sua dimensão, em 1989, 1999 e 2009

Fonte Relatório da Revisão do PDM (2015) – INE/ PORDATA

Exploração Agrícola				
		Norte	Cávado	Braga
<1 ha	1989	44971	4695	523
	1999	27883	2804	317
	2009	16307	1094	146
1 - <5 ha	1989	109267	11434	1482
	1999	78621	7268	1188
	2009	67652	5596	840
5 - <20 ha	1989	33021	1852	394
	1999	26010	1251	225
	2009	22466	1068	179
20 - <50 ha	1989	3751	48	9
	1999	3804	67	8
	2009	3227	92	11
≥ 50 ha	1989	788	4	0
	1999	874	22	1
	2009	926	18	1

Segundo o Relatório do PDM (2015) a maioria das explorações agrícolas tem menos de 5 hectares (84% correspondente a 840 explorações), revelando uma estrutura fundiária de pequena dimensão composta sobretudo por minifúndios. As explorações de média dimensão (entre 5 e 50 hectares) correspondem a 16% das explorações do concelho (190 explorações). De uma maneira geral assiste-se à diminuição da quantidade de explorações agrícolas entre 1999 e 2009. À exceção das explorações compreendida entre 20 e 50 hectares (2 novas explorações), todas as restantes têm diminuído, em consequência do abandono da atividade agrícola. As explorações inferiores a 1 hectare diminuíram 53% neste período (menos 171 explorações). Por

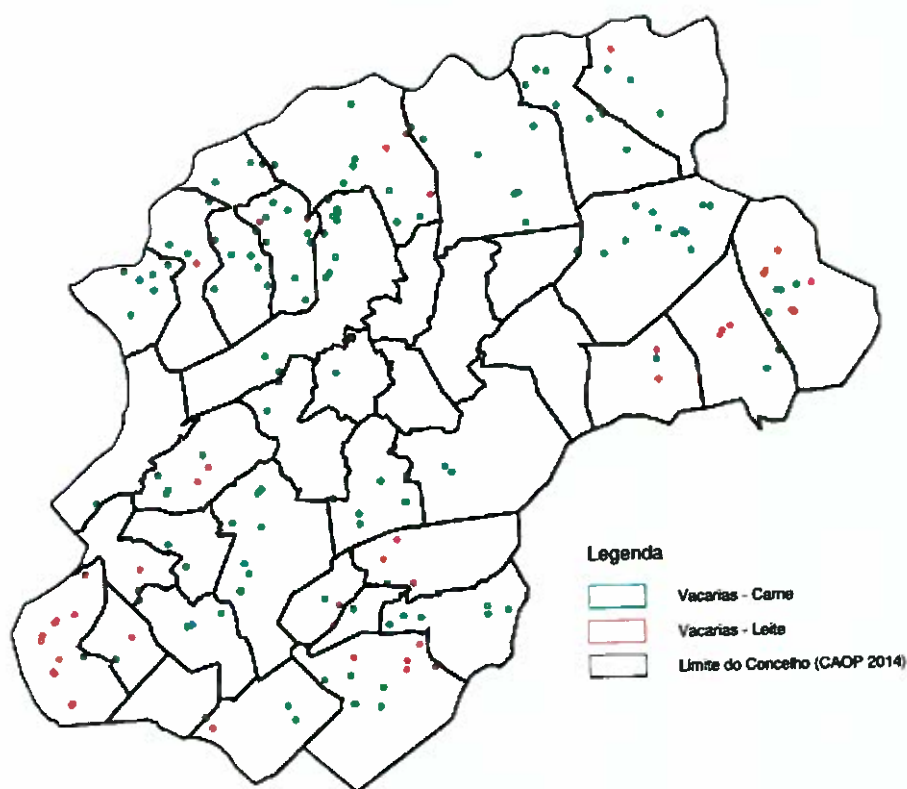
sua vez, as explorações compreendidas entre 1 a 5 hectares apresentam um decréscimo de 29% (menos 348 explorações).

Relativamente à caracterização da Pecuária no Concelho de Braga, segundo informação da *Cavagri - Cooperativa Agrícola do Alto Cavado, CRL* no âmbito da participação na Revisão do Plano Diretor Municipal, em fevereiro de 2015, existiam em Braga mais de 560 explorações pecuárias de bovinos (das quais 44 explorações leiteiras especializadas) e mais de 450 detentores de “pequenos ruminantes”, sendo que o efetivo bovino é superior a 7300 animais e o de caprinos e ovinos superior a 3450 cabeças. Segundo a *Cavagri - Cooperativa Agrícola do Alto Cavado, CRL* existem em Braga 1.612 explorações registadas sendo que apenas 469 se encontram ativas, ou seja, apenas 29% do total. As explorações com a vocação de leite são 42 e com a vocação de carne 67. Encontrando-se registados segundo a sua base de dados 6.985 bovinos.

Os dados fornecidos pela *Cavagri - Cooperativa Agrícola do Alto Cavado, CRL* em 2017 apontam para um aumento em cerca de 11 explorações, existindo em Braga 480 explorações com 7.118 animais registados.

Explorações em 2016 – distribuição no concelho de Braga

Fonte: Divisão de Planeamento CMB/ *Cavagri - Cooperativa Agrícola do Alto Cavado, CRL*





## Explorações em 2016

Fonte: Cavagri - Cooperativa Agrícola do Alto Cavado, CRL

TIPO	Nº Expl.	CN Total	CN Média	Nº Bovinos
Det. Domestica	270	510	1,89	671
Esp. Carne	164	2084	12,7	2716
Esp. Leite	46	3018	65,6	3706
TOTAIS	480	5612	11,7	7093

TIPO	Nº Expl.	CN Total	CN Média	Nº Bovinos
Carne/Engorda	14	400	28,54	644
Carne/vacada	150	1684	11,23	2072
TOTAIS	164	2084	12,7	2716

A distribuição das explorações no concelho, na imagem superior, aponta para uma distribuição por todo o concelho de Braga relativamente homogénea, essencialmente em redor da Cidade, como seria de se esperar.

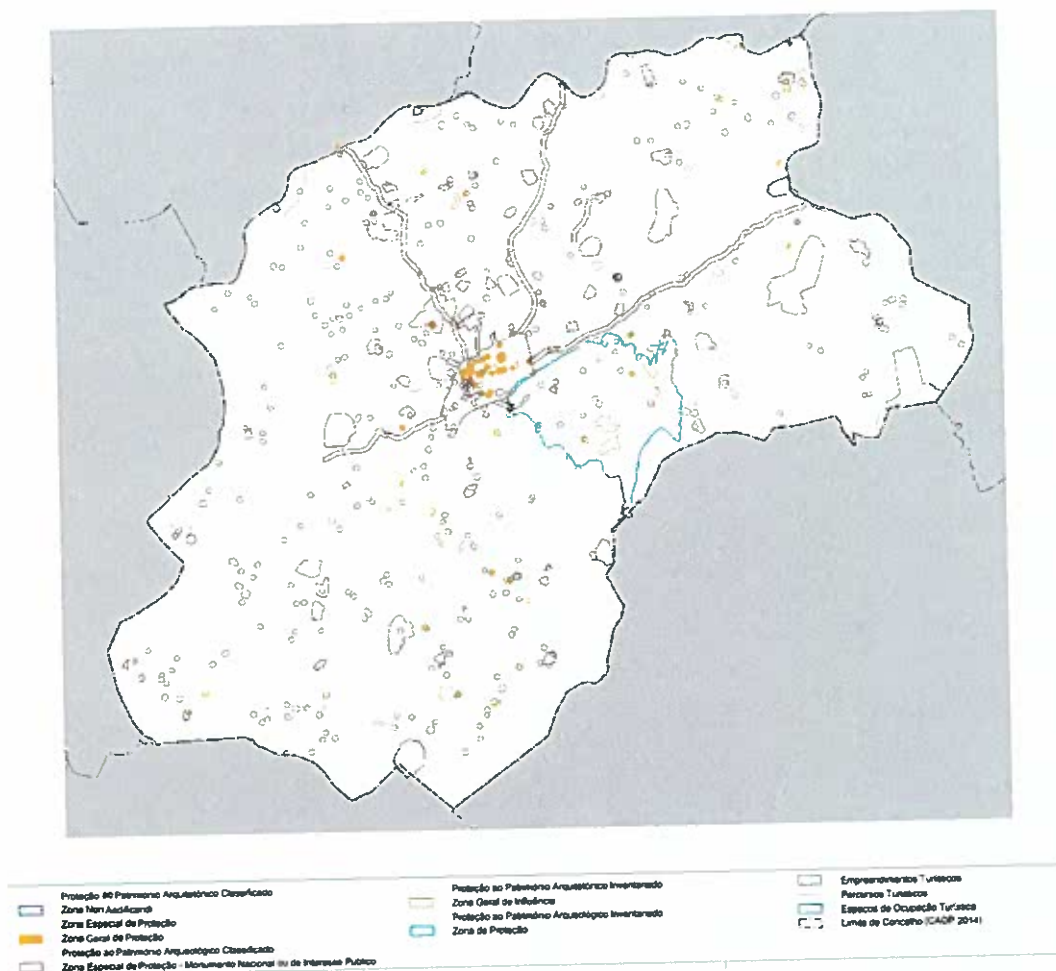
No âmbito da Revisão do Plano Director Municipal o turismo foi assumido como um vetor estratégico para o desenvolvimento do concelho através do desígnio “*Braga, um concelho que queremos visitar*” assente na valorização e promoção do património.

Associado aos espaços rurais – o turismo em espaço rural, é deste modo um relevante fator de dinamização económica e cultural e de valorização patrimonial para o concelho. Deste modo, o património rural – os produtos locais, o artesanato, as quintas tradicionais, os solares, as alminhas e outras construções de elevado valor patrimonial que associadas aos núcleos rurais são produtos de elevado valor paisagístico e turístico que importa potenciar.

Torna-se premente neste sentido, e de modo consequente, à identificação em sede de PDM no âmbito da Carta do Património, onde se identificou os núcleos rurais e as construções de elevado valor patrimonial, encontrar modos de estímulo para a reabilitação deste património associado a um regulamento para a intervenção nestes espaços.

# Carta do Património e Turismo para o concelho

Fonte: Divisão de Planeamento / Plano Director Municipal (2015)



Relativamente ao Turismo em Espaço Rural os dados que dispomos para o concelho de Braga refletem muito poucas unidades de Agroturismo, Casas de Campo e Turismo de Habitação em espaço rural encontrando-se segundo a informação da ATHACA apenas 3 unidades, sendo duas delas comparticipadas pela ATAHCA.

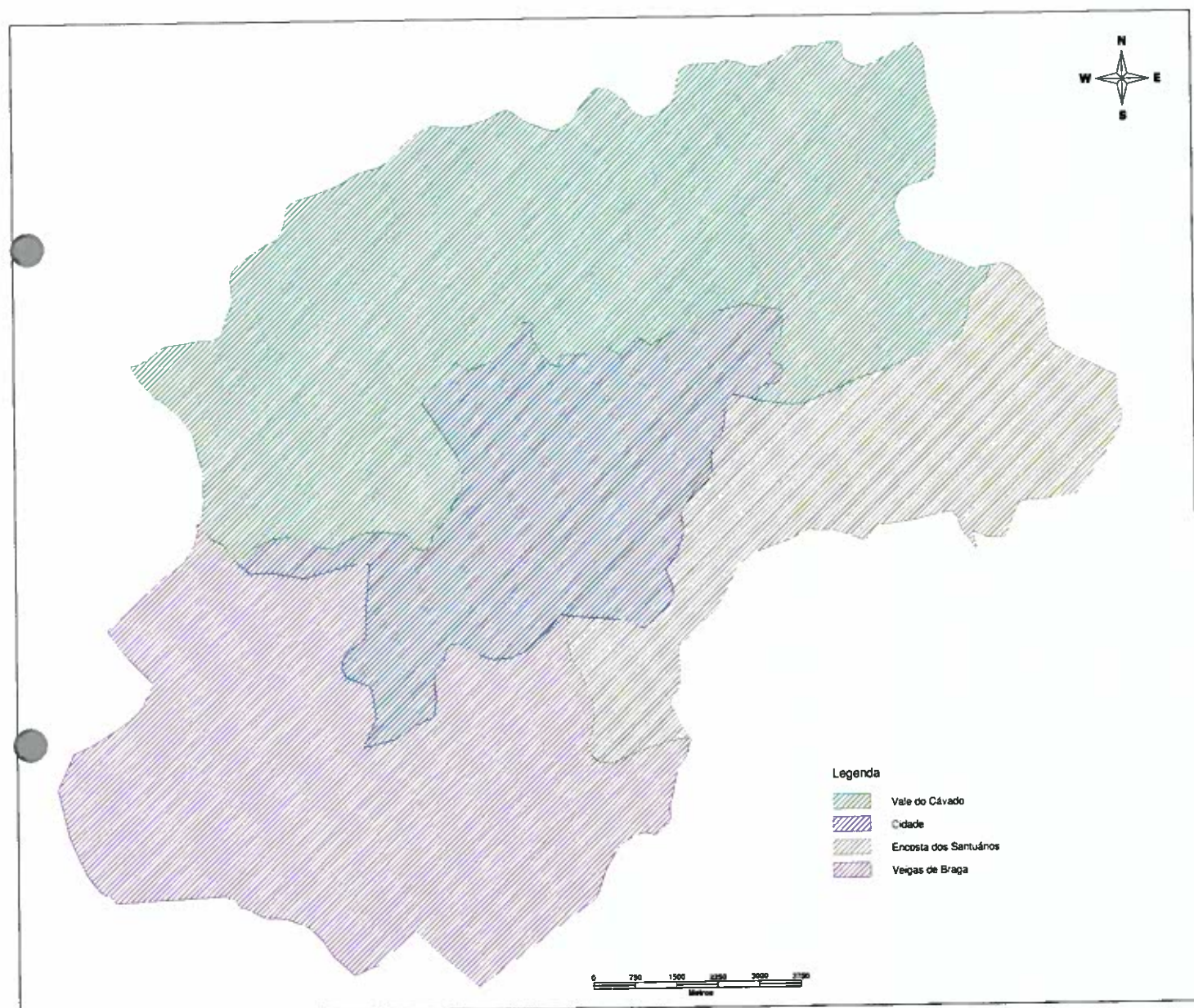
Hóspedes, dormidas e proveitos de aposento nos estabelecimentos de alojamento turístico por município

Fonte: INE (2015)

BRAGA	Hóspedes				Dormidas				Proveitos de aposento		
	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e Turismo de habitação	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e Turismo de habitação	Total	Hotelaria	Alojamento local
	N.º								milhares de euros		
2015	252.842	193.801	58.448	593	412.617	332.427	78.770	1.420	10.242	8.700	1.512
2014	225.676	167.762	57.574	340	358.066	282.187	75.169	710	8.826	7.451	1.361
2013	189.081	133.310	55.542	229	293.274	219.951	72.708	615	7.580	6.238	1.331
2012	191.070	136.554	-	-	285.904	216.385	-	-	7.783	6.513	-

O concelho de Braga tem condições para alavancar um conjunto significativo de iniciativas económicas associadas à ruralidade ainda existente, seja através de melhores explorações agrícolas, de novas culturas, de atividades complementares à agricultura, de micro-empresas de criação de serviços de proximidade. As freguesias mais rurais do concelho têm condições para o aparecimento de unidades de Turismo no Espaço Rural, na modalidade de Agroturismo, porque existem ainda explorações agrícolas com atividade que poderão ter como complemento da atividade o turismo. As atividades complementares à exploração agrícola ajudarão a manter estas explorações com rentabilidade que permita a fixação de alguns jovens e de criação de emprego nas freguesias rurais.





## ANEXOS

1. Recuperação do Património Edificado em Espaço Rural
2. Protocolo de Cooperação Município de Braga e ATHACA
3. Protocolo de Cooperação Município de Braga e CAVAGRI
4. Avaliação do impacto para o Município da aplicação do articulado do protocolo realizado pela CAVAGRI com o Município de Braga, para financiamento da comparticipação do detentor/produtor para o programa anual sanitário.
5. Proposta de alteração da TMU
6. Proposta de alteração da Tabela de Taxas

## Anexo I

# RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO EM ESPAÇO RURAL

## Artigo 1º

### Disposições técnicas

1. Nas intervenções que preconizam a manutenção total ou parcial do exterior, deverá ser levada a cabo a manutenção de todos os elementos originais, e nos casos em que o estado de degradação não permita a sua recuperação deverão ser utilizados materiais de igual procedência e qualidade.
2. Os materiais, matérias e técnicas a aplicar, deverão traduzir a revitalização e manutenção das características da arquitectura minhota, só sendo permitida a utilização dos considerados primários e característicos da região.

## Artigo 2º

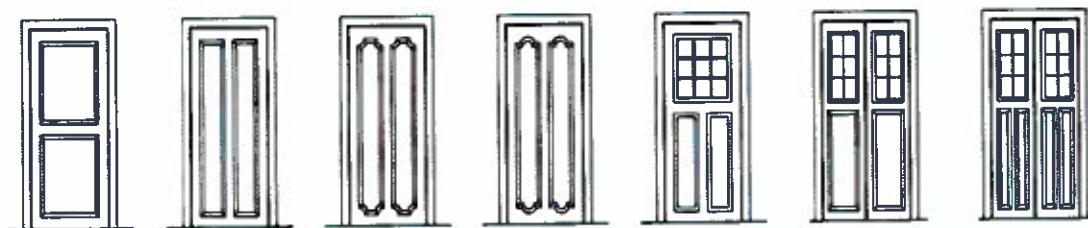
### Cobertura

1. A cobertura dos imóveis terá obrigatoriamente de utilizar a telha cerâmica — mourisca ou aba e canudo - assente preferencialmente em estrutura de madeira.
2. Excepcionalmente, poderá ser aceite a cobertura em telha — existente, caso se verifique ser a original do imóvel, desde que a mesma seja de barro vermelho e se encontre em bom estado de conservação, tal situação deve ser precedida de parecer favorável do Pelouro do Património.

## Artigo 3º

### Portas e janelas

1. As portas, assim como todas as guarnições a aplicar deverão ser executadas em madeira maciça e pintadas nas cores constantes neste regulamento específico.
2. As portas exteriores poderão ser executadas de uma ou duas folhas maciças, conforme modelo que se segue:



1. As portas exteriores poderão, também, ter um postigo superior, com portada interior, sendo obrigatoriamente dotado de abertura por forma a permitir ventilação natural;

4. As portas interiores poderão ser de uma ou duas folhas simétricas, composta almofadas maciças, podendo excepcionalmente ter outra composição, sendo, para isso, obrigatório o parecer do Pelouro do Património, para qualquer outra solução;
5. Os referidos vãos deverão ser executados de acordo com os modelos constantes na alínea a) deste ponto, e nos casos omissos é necessário o parecer do Pelouro do Património;
6. A utilização de qualquer outro material de construção das portas, para além do previsto no número anterior, deverá ser objecto de análise e parecer do Pelouro do Património;
7. As janelas, assim como todas as guarnições e portadas interiores a aplicar deverão ser executadas em madeira maciça e pintadas nas cores constantes neste regulamento específico;
8. As janelas exteriores poderão ser executadas conforme modelo que se segue:



9. O funcionamento das janelas deverá ser preferencialmente em guilhotina, podendo igualmente ser utilizada a janela de duas folhas, apenas quando a tipologia do edifício e o enquadramento com a envolvente o aconselhe;
10. As janelas a construir deverão possuir forma retangular no sentido vertical, tratando-se de uma preexistência, deverão manter as suas características originais;
11. Caso o estado de conservação dos vãos permita visualizar as características originais dos mesmos e caso se verifique que estas vão de encontro com as características da arquitetura da região, estas deverão ser restauradas e ou reproduzidas por forma a não alterar a traça original;
12. Não obstante o definido pelos pontos anteriores deverá ser apresentado um mapa de vãos capaz — com desenho dos respetivos vãos e cortes, assim como todas as características técnicas a aplicar - por forma a ser apreciado parecer do Pelouro do Património, excetuar-se-ão as situações em que se mantenham os vãos originais e estes correspondam ao presente regulamento;
13. Os peitoris das janelas deverão ser em madeira pintada ou em granito;
14. Nos paramentos exteriores, em que o acabamento seja em areado, deverá ser aplicada uma orla em madeira ou granito, com largura variável entre 13 e 20 cm.

#### **Artigo 4º** **Fachadas**

1. A recuperação das fachadas deverá passar pela manutenção das características da



arquitetura dominante na região, mantendo as alvenarias em granito.

2. As zonas onde as características do imóvel o não permitam, a alvenaria de granito poderá ser substituída por reboco e areado, com acabamento a caiado ou pintado, sendo o ocre amarelo a cor de referência.

3. Outras situações que não se enquadrem no número anterior, tais como o acabamento em madeira, chapa ondulada ou placagem granítica, deverão ser precedidas de análise e decisão por parte do Pelouro do Património.

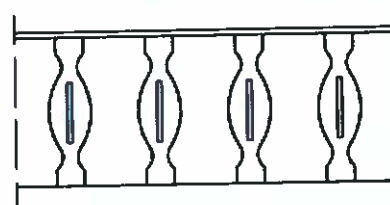
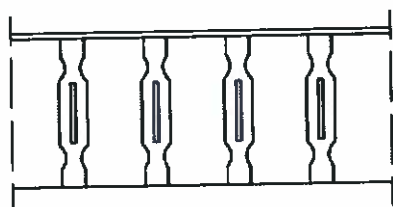
4. A junta da alvenaria de granito deverá, preferencialmente, ser seca, podendo ser aplicado argamassa à cor de barro, desde que aplicado de forma a permitir a visualização do limite dos blocos de granito, sendo portanto reentrante em pelo menos um centímetro não sendo permitido o alargamento da junta, devendo os trabalhos serem executados no maior rigor, de acordo com as indicações por parte do Pelouro do Património

5. Em casos excepcionais poderá ser utilizada chapa galvanizada ondulada com as cores no sistema de RAL 3005 ou 3009, para revestimentos de panos de reboco ou alvenaria que não se identifique com os materiais construtivos da região, de acordo com a análise e parecer do Pelouro do Património.

#### Artigo 5º

#### Varandas e gradeamentos

1. A recuperação de varandas tradicionais (exemplo: varanda do linho) apenas se poderá utilizar a balaustrada de madeira, com recurso em alguns casos à pedra granítica.



2. O gradeamento poderá ser executado em ferro forjado ou em ferro fundido de acordo com indicações aprovadas pelo Pelouro do Património.

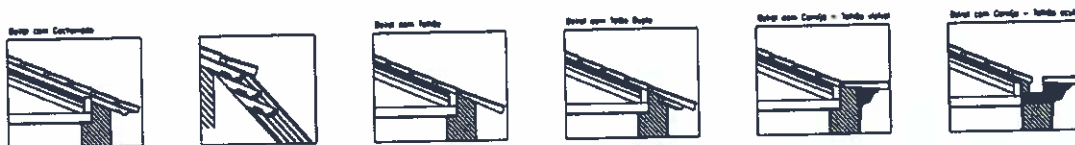
3. A solução a adoptar deverá ser escolhida tendo em conta as características do imóvel, as características dominantes, em termos arquitectónicos, da região, mas principalmente as preexistências, devendo essa solução ser preconizada de acordo com indicações por parte do Pelouro do Património

4. Qualquer outra solução deverá ser apresentada pelo promotor para análise e posterior decisão dos técnicos e do parecer do Pelouro do Património.

## Artigo 6º

### Beirais

1. O remate do telhado — beiral — deverá ser elaborado de acordo com uma das seguintes soluções:



- a) - Cachorrada em madeira;
- b) Aplicação de telhão;
- c) Aplicação de cornija em granito;
- d) Beiral duplo.

2. A solução mencionada na alínea d) do número anterior, apenas poderá ser executada quando se verificar ser essa a característica da preexistência.

3. A situação mais adequada a cada solução deverá ser preconizada, respeitando, a preexistência, assim como as indicações e orientações dos técnicos da CMB e parecer do Pelouro do Património.

4. Qualquer outra solução deverá ser apresentada pelo promotor aos técnicos da CMB e parecer do Pelouro do Património.

## Artigo 7º

### Pinturas e vernizes

1. O acabamento cromático — pinturas - terá obrigatoriamente de ser o seguinte:

- a) Quando permitido a utilização do areado fino, nas fachadas, este deverá ser preparado para receber pintura, que será efectuada preferencialmente na cor amarelo (ocre) que deverá ter como base a cal, devendo qualquer alteração cromática, não definida pelo presente regulamento, ser seleccionada de acordo com indicações dos técnicos da CMB e parecer do Pelouro do Património.
- b) A tinta e a cor a aplicar deverá ser elaborada e executada de acordo com indicações por parte dos técnicos da CMB e parecer do Pelouro do Património;
- c) Nas portadas interiores poderá ser aplicado o verniz, a cera ou pintura;
- d) Qualquer outra solução não prevista deverá ser analisada e aprovada pelos técnicos da CMB e parecer do Pelouro do Património.

## Artigo 8º

### Arranjos exteriores

1. As áreas exteriores envolventes aos edifícios terão de ser alvo de um arranjo urbanístico em conformidade com as intervenções realizadas, de forma a maximizar o seu enquadramento paisagístico e ambiental.

2. Em termos de pavimentação exterior, deverão ser utilizados os materiais predominantemente aplicados na sua envolvente directa.

3. Os tipos de pavimentação a aplicar serão:

- a) Calçada "à antiga portuguesa";
- b) Calçada granítica;
- e) Lajedo em granito;
- f) Solo-cimento.

4. Os arranjos das zonas verdes deverão utilizar plantas e espécies arbóreas da região.

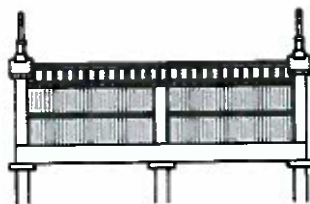
### **Artigo 9º**

#### **Património etnológico construído**

1. Tendo em consideração o manifesto interesse cultural e histórico do património etnológico construído, nomeadamente os moinhos, azenhas, lagares, engenhos de serras, engenhos de linho, lagares, sequeiras, sequeiros, espigueiros, pesqueiros, pesqueiras, sendo importante a sua preservação e recuperação como identidade cultural regional, esta mesma preservação só será possível através de intervenção na recuperação e manutenção dos elementos originais e nos casos em que o seu estado de degradação não permita a sua recuperação, deverá respeitar a aplicação de materiais idênticos aos originais, sendo obrigatório o respeito pela aplicação das técnicas tradicionais e originais da região, seguindo as disposições anteriormente definidas e regulamentadas para outros imóveis.

2. Os instrumentos de moagem deverão respeitar o sistema e materiais tradicionais, arquitectura e materiais construtivos de cada um dos imóveis em questão.

3. As sequeiras e sequeiros deverão respeitar a arquitectura tradicional da região, no tocante a aplicação de madeiras, vãos e guarnições em granito.



4. Os espigueiros devem obedecer à tipologia tradicional de construção preexistente e no caso de substituição de materiais descaracterizantes, devem ser aplicados os predominantes e tradicionais na região (madeira ou granito ou madeira e granito).

5. As intervenções no património etnológico construído, deve respeitar as orientações, quanto à utilização de materiais e acabamentos nos termos das recomendações dos técnicos da CMB.



6. A pintura da madeira das sequeiras e dos espigueiros será de cor vermelho (bordeaux) podendo os aros serem pintados de azul.

7. As tintas a aplicar devem ser submetida a apreciação dos técnicos da CMB e parecer do Pelouro do Património.

### **Artigo 10º** **Materiais não permitidos**

1. No exterior das edificações, não são considerados aceitáveis a utilização de materiais, cores, formas e tratamentos que firam a tipologia e características do local, e sejam responsáveis pela alteração da expressão e prejudiquem a conservação da sua identidade:

- a) Utilização de tintas em tons agressivos que firam a harmonia do conjunto;
- b) Estores em plástico e portadas exteriores;
- c) Alumínio anodizado de cor natural ou outra que alheia a estética do conjunto;
- d) A utilização de telha vidrada, chapa zincada e fibrocimento;
- e) Outros elementos que interfiram com a estética do conjunto e equilíbrio arquitectónico do local (ex: painéis publicitários, ornamentações exteriores, etc);
- f) Coberturas planas, com excepção das que possam merecer parecer favorável dos técnicos da CMB e parecer do Pelouro do Património.

### **Artigo 11º** **Construções existentes**

Nos edifícios existentes consideram-se os seguintes normativos qualitativos:

1. Em imóveis que apresentem interesse, pela sua inserção no conjunto urbano e da arquitectura tradicional, qualquer intervenção que tenha em vista a demolição da fachada e nas obras a realizar dever-se-á procurar a correcção dos elementos dissonantes, sempre que estes existam.

2. Nas construções que sofreram alterações, através de ampliações, que decorreram atendendo a época construtiva, poderá ser considerada, desde que os técnicos da CMB considerem adequado a sua inserção no conjunto arquitectónico.

### **Artigo 12º** **Ampliações**

1. As ampliações deverão respeitar a intervenção de unidade e consolidação do núcleo arquitectónico.

2. Deve harmonizar-se com o existente quanto à escala, volumetria, inclinações e remates de coberturas, tipo de vãos e materiais existentes.

3. Considera-se como máximo permitido o número de dois pisos (rés-do-chão + 1).

Os materiais, texturas e cores a empregar deverão igualmente enquadrar-se na tipologia tradicional.

4. A abertura dos vãos de portas e janelas, deve ser executado de modo que resulte um efeito em que a altura seja superior à largura.

5. Nos casos de construções rebocadas exteriormente deverá efetuar-se o guarnecimento dos vãos executado em argamassa ou madeira, pintando-se com as cores mencionadas nos números anteriores.

6. Qualquer outra situação poderá ser analisada pelos técnicos e parecer do Pelouro do Património.



## PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

### **Câmara Municipal de Braga e ATAHC – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem Cávado e Ave**

O Município de Braga, no quadro da sua estratégia para o concelho considera que a competitividade das áreas rurais e a valorização dos recursos endógenos do concelho terá que assentar, essencialmente, na dinamização dos sectores agrícola e florestal e na dinamização turística. Esta estratégia tem subjacente o princípio da sustentabilidade económica, cultural e ambiental, assente na gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais, na revitalização económica e social das zonas rurais e na promoção patrimonial e cultural. Neste contexto, emergem três objetivos estratégicos decorrentes destes princípios:

- a. A promoção e a competitividade da atividade agrícola e florestal;
- b. A preservação da paisagem e a valorização do património rural;
- c. A dinamização e a promoção turística.

O território do Cávado tem interlocutores com trabalho reconhecido, instituições importantes na prossecução da implementação da estratégia de desenvolvimento integrado que se pretende para o conjunto dos concelhos da NUT III Cávado.

A ATAHC, como associação de desenvolvimento local tem implementado projetos e apoiado o desenvolvimento rural de forma integrada, com tratamento igual entre as freguesias dos diversos concelhos que compõem a zona de intervenção da Estratégia de Desenvolvimento Local para o Cávado.

O Concelho de Braga no último Quadro Comunitário de Apoio teve um conjunto de freguesias que fizeram parte integrante da estratégia do Alto Cávado, no actual QCA o número de freguesias foi aumentado, podendo no futuro ser alargada a intervenção a mais freguesias rurais.

Pretendendo-se que seja desenvolvido um trabalho de articulação institucional, entre a Câmara Municipal de Braga e a ATAHC, no sentido de rentabilizar recursos e de implementar trabalho de proximidade com a população e com os agentes locais, é celebrado o presente protocolo de cooperação:

### Artigo 1º

A Câmara Municipal de Braga é a instituição pública que representa o concelho e é responsável pela implementação das políticas públicas de proximidade e de desenvolvimento de toda a área territorial.

### Artigo 2º

A ATAHCA é uma associação de desenvolvimento local e Grupo de Acção Local, que tem a responsabilidade de implementar a abordagem LEADER, inserida na estratégia do Desenvolvimento Local de Base Comunitária para o Cávado parte do qual faz parte integrante algumas freguesias do concelho de Braga.

### Artigo 3º

A ATAHCA colaborará com a Câmara Municipal de Braga, na proposta de revisão do mapa rural a nível nacional, de maneira a serem incluídas as freguesias rurais do concelho.

### Artigo 4º

A ATAHCA compromete-se a dar conhecimento à Câmara Municipal de Braga, sobre todos os projectos de Turismo no Espaço Rural e outros de áreas diversas, que sejam participados no âmbito do DLBC.

### Artigo 5º

1 - A ATAHCA elaborará uma lista das unidades de alojamento de Turismo em Espaço Rural, de Turismo de Habitação e de Alojamento Local que estão legalmente licenciadas.

2 - A ATAHCA conjuntamente com a Câmara Municipal de Braga promoverá acções pedagógicas de maneira a sensibilizar as unidades de alojamento turístico para a legalização de situação irregulares.

### Artigo 6º

1 - A Câmara Municipal de Braga assumirá o Regulamento Específico da ATAHCA para as intervenções nas unidades de Turismo em Espaço Rural, Património e imóveis destinados a actividades económicas com características turísticas, nos projectos que sejam ou venham a ser objecto de participação pública, no âmbito dos sistemas de incentivo do DLBC.

2 - A ATAHCA conjuntamente com a Câmara Municipal de Braga elaborará um caderno de normas de maneira a melhorar a qualidade da oferta do alojamento turístico do concelho.

### Artigo 7º

As visitas de acompanhamento final aos projectos participados no âmbito do DLBC, serão sempre realizadas conjuntamente por técnicos da ATAHCA e da Câmara Municipal de Braga;

#### Artigo 8º

As visitas de acompanhamento intercalares e de progresso, da responsabilidade da ATAHCA, poderão ser acompanhadas por técnicos da Câmara Municipal de Braga, sempre que possível.

#### Artigo 9º

As visitas permitirão que a qualidade dos projectos a implementar tenham qualidade bastante, pretendida para o território e sejam uma imagem de marca a ser disseminada.

#### Artigo 10º

A ATAHCA informa a Câmara Municipal de Braga dos projectos aprovados, financeiramente, no âmbito do DLBC para que possam ter benefícios na redução de taxas municipais e na desburocratização de procedimentos, contribuindo para cativar novos investidores nas freguesias rurais.

#### Artigo 11º

As duas instituições comprometem-se a cooperar na implementação de políticas de desenvolvimento rural, devendo ser realizadas em conjunto, acções de divulgação e dinamização do território, sempre que possível.

#### Artigo 12º

1 - Este protocolo de cooperação pode ser revisto sempre que as partes o considerem necessário.

#### Artigo 13º

Sendo vontade das partes celebrarem este protocolo, o mesmo será assinado pelos representantes legais de cada uma das instituições.

Braga, .... de Julho de 2017

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

\_\_\_\_\_  
O Presidente da Direcção da ATAHCA

CARTÓRIO NOTARIAL

DE VILA VERDE

-000-

Fotocópia

CERTIFICO que a presente fotocópia está conforme ao original, não tem escrita no verso das suas folhas e foi extraída

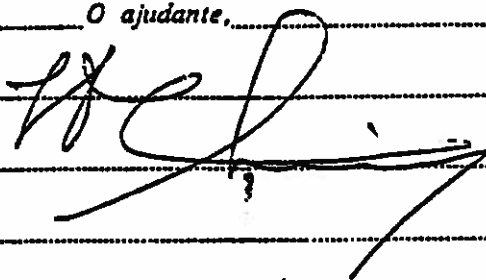
de folhas cinquenta e duas, a cinquenta e duas, verso, do Livro de Actas para Escreituras Quenras, número QUARENTA E OITO-B e Estatutos.

Notariado de Vila Verde

cinco de Dezembro

de mil novecentos e noventa e um.

O ajudante,



CONTA:

17-21..... 300000

17-22..... 900000

=====

J. 200.500

mil e quinhentos mil.

sob o n.º

66



B2 22  
48-B  
D. 2

CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO

No dia quatro de Setembro de mil novecentos e noventa e um, no Cartório Notarial de Vila Verde, perante mim, licenciada Maria Natália Almeida Baptista de Lemos, notária deste concelho, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO:- José António da Mota Alves, solteiro, maior, natural da freguesia de Pico de Regalados, deste concelho, onde reside no lugar de Talhós;

SEGUNDO:- Manuel Aguiar Campos, casado, natural da freguesia de Campo do Gerês, do concelho de Terras de Bouro e residente no lugar de Paredes, da freguesia de Rio Caldo, do mesmo concelho de Terras de Bouro;

TERCEIRO:- Francisco António Pereira Alves, casado, natural da freguesia de S. João da Cova, do concelho de Viseu do Minho e residente no lugar das Cerdeirinhas, da freguesia de Ferreiros, do concelho de Amares; e,

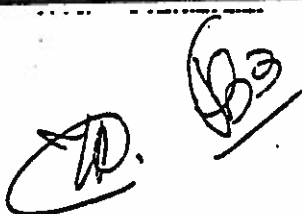
QUARTO:- António Joaquim Vieira Ramalho, casado, natural da freguesia de Parada do Bouro, do concelho de Vieira do Minho e residente na Alameda do Fajacal, 419, 2º esquerdo, da cidade de Braga.

Verifiquei a identidade dos outorgantes por conhecimento pessoal.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura constituem uma associação denominada "AMARCA-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS TERRAS





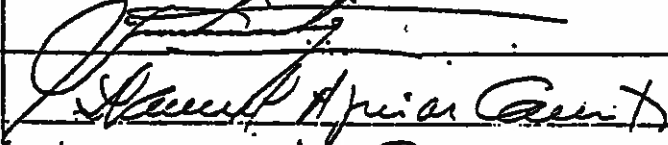
ALTAS DO HOMEM, CÁVADO E AVE", com sede na Praça do Município,  
 desta Vila, tendo por objecto promover o desenvolvimento rural  
 integrado, cujos estatutos constam duma relação organizada nos  
 termos do artigo setenta e oito do Código do Notariado, que ar-  
 quivo, estatutos esses que leram de que conhecem perfeitamente  
 o conteúdo, pelo que prescindem da sua leitura neste acto.

ASSIM O OUTORGARAM.

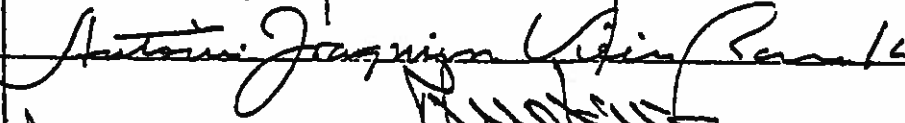
Foi-me exibido o certificado número trezentos e dois  
 mil cento e sessenta e oito, emitido em três de Setembro corren-  
 te, pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas, comprovativo da  
 admissibilidade da denominação adoptada.

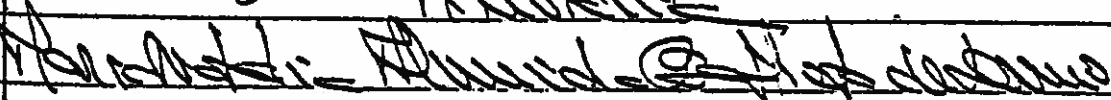
Foi feita aos outorgantes a leitura e explicação do  
 conteúdo deste acto, tudo em voz alta e na sua presença simultâ-  
 nea.

Assinado: Joaquim, da Silva, da Silva



Francisco Antunes Pereira





Conta registada sob o nº 61.

*[Handwritten signatures and initials]*

ESTATUTOS

Constituição, Denominação e Objectivos

Determinação e Duração

Artigo Primeiro

Sob a designação de ATAHCA - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, é constituída, por tempo indeterminado, uma Associação, sem fins lucrativos e a qual se regerá pelos presentes estatutos, seus regulamentos e demais legislação em vigor.

Objectivos da Associação

Artigo Segundo

O objectivo da Associação é promover o desenvolvimento rural integrado.

Sede

Artigo Terceiro

1.º - A Associação tem a sua sede na Praça do Município, em Vila Verde, podendo ser transferida para outro local, mediante deliberação da Assembleia Geral.

2.º - A Associação poderá criar delegações, núcleos ou outras formas de representação, bem como filiar-se, associar-se ou aderir a organismos afins, nacionais, estrangeiros e internacionais, ou com eles estabelecer relações de cooperação ou colaboração.

Associados

#### Artigo Quarto

Podem ser associadas as pessoas colectivas <sup>e singulares</sup> pelo desenvolvimento inte-  
do e participado e que sejam admitidas na Associação, em conformidade com os  
sentes Estatutos.

#### Cotizações dos Associados

#### Artigo Quinto

1º. - Os Associados podem ser membros efectivos (fundadores ou aderen-  
patrocinados em honorários.

2º. - São sócios fundadores os que subscreverem a escritura de consti-  
tuição da Associação ou que a ela aderirem dentro do primeiro ano da constitui-

3º. - São sócios aderentes os admitidos posteriormente, por delibera-  
o da Direcção, sob proposta de dois sócios.

4º. - O título de sócio honorário é concedido pela Assembleia Geral,  
b proposta da Direcção, às pessoas que tenham contribuído significativamente  
na a promoção dos objectivos da Associação.

#### Limites e Deveres dos Membros Efectivos

#### Artigo Sexto

1º. - Constituem direitos dos membros efectivos:

a) Eleger e ser eleito para os órgãos da Associação;

b) Tomar parte e votar na Assembleia Geral;

c) Exercer os poderes previstos nos presentes Estatutos e nos Regula-

mentos ou Regulamento Interno da Associação.

2. - Constituem deveres dos membros efectivos: \_\_\_\_\_

a) Exercer os cargos para que forem eleitos ou designados, salvo motivo especial de escusa; \_\_\_\_\_

b) Cumprir e fazer cumprir as disposições gerais aplicáveis à Associação bem como os Estatutos, Regulamentos ou deliberações dos órgãos \_\_\_\_\_

c) Colaborar nas actividades promovidas pela Associação aprovadas e Assembleia Geral, bem como em todas as acções necessárias à prossecução dos seus objectivos. \_\_\_\_\_

#### Órgãos Sociais \_\_\_\_\_

#### Artigo Sétimo \_\_\_\_\_

1.º - São órgãos sociais da Associação: \_\_\_\_\_

a) A Assembleia Geral; \_\_\_\_\_

b) A Direcção; \_\_\_\_\_

c) O Conselho Fiscal \_\_\_\_\_

2.º - A Mesa da Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal são eleitos, em Assembleia Geral, pelos membros efectivos e de entre eles, para o desempenho de mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição por ~~uma ou mais~~ vezes consecutivos. \_\_\_\_\_

3.º - A Associação poderá dispôr dum conselho consultivo, onde tomar parte a Direcção-Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho. \_\_\_\_\_

#### A Assembleia Geral \_\_\_\_\_

#### Artigo Oitavo \_\_\_\_\_

1.º - A Assembleia Geral é constituída por todos os membros da Associação \_\_\_\_\_

ção no pleno gozo dos seus direitos e nela têm direito a voto todos os membros efectivos.

2º. - Os representantes são indicados pelas pessoas colectivas.

3º. - A Assembleia Geral compete:

a) Interpretar os presentes estatutos, aprovar os regulamentos necessários e decidir sobre os casos omissos;

b) Eleger e destituir por escrutínio secreto os órgãos sociais;

c) Nomear delegados que representem a Associação de modo permanente;

d) Apreciar e votar o relatório de contas da Direcção bem como o parecer do Conselho Fiscal relativo aos respectivos exercícios;

e) Apreciar e votar o programa de actividades e os planos plurianuais;

f) Fixar as quotas dos associados;

g) Deliberar sobre a exclusão e sobre os recursos de não admissão de associados;

h) Deliberar sobre todos os assuntos que lhe forem apresentados pelos membros com base nas disposições estatutárias.

4º. - As deliberações da Assembleia são tomadas por maioria simples, excepto nas que dizem respeito às revisões dos estatutos e à dissolução da Associação para as quais é necessário a maioria de três quartos, dos presentes e dos associados, respectivamente.

5º. - A Mesa da Assembleia é constituída por um presidente, um Vice-presidente e um Secretário.

Sessões da Assembleia



## Handwritten signature and initials, possibly 'D' and 'H', with various scribbles and lines.

2º.- A Assembleia Geral reunirá em sessão ordinária uma vez em cada ano, para aprovação do orçamento e apreciação do relatório e contas da Direcção, os quais deverão ser acompanhados pelo parecer do Conselho Fiscal.

### Artigo Décimo

2º. - A Direcção compete:

e) Aceitar donativos, heranças, legados e doações

3.º - A direcção reúne com carácter obrigatório mensalmente.

Conselho Fiscal

Artigo Décimo Primeiro

1º. - O Conselho Fiscal é composto pelo Presidente, pelo Secretário e pelo Relator, eleitos em Assembleia Geral.

2º. - Compete ao Conselho Fiscal;

a) Exercer a fiscalização de contas;

b) Formular parecer sobre o relatório e contas apresentadas pela Direcção.

Património e Fundos

Artigo Décimo Segundo

1º. - O património da Associação é constituída por todos os seus bens e pelos direitos que sobre eles possam recair.

2º. - Constituem fundos da Associação

a) As quotizações e contribuições dos associados;

b) Os subsídios, heranças ou quaisquer outras liberalidades.

Disposições Gerais

Artigo Décimo Terceiro

1º. - Os presentes estatutos só poderão ser alterados em Assembleia Geral expressamente convocada para esse fim.

2º. - Em tudo o mais que estes Estatutos forem omissos rege o Regulamento Geral Interno e a legislação em vigor.

3º. - Os presentes estatutos entram em vigor, imediatamente após a sua

aprovação e o cumprimento das disposições legais aplicáveis.

### Disposições Transitórias

#### Artigo Décimo Quarto

1ª. - As funções da Direcção da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal serão transitoriamente assumidas por uma Comissão Instaladora composta pelos outorgantes na escritura da constituição.

2ª. - A Comissão Instaladora promoverá, no prazo de três meses, eleições para os corpos sociais.

3ª. - A Comissão Instaladora fixará, provisoriamente o montante de quotização dos associados bem como de normas da sua admissão e exclusão.

Cartório Notarial de Vila Verde, quatro de Setembro de mil novecentos e noventa e um.

Elaborado: *estágios*.

Assinado: *Henrique, António, estágios*.

*Francisco António Pereira*

*António Joaquim Vieira*

*Henrique*

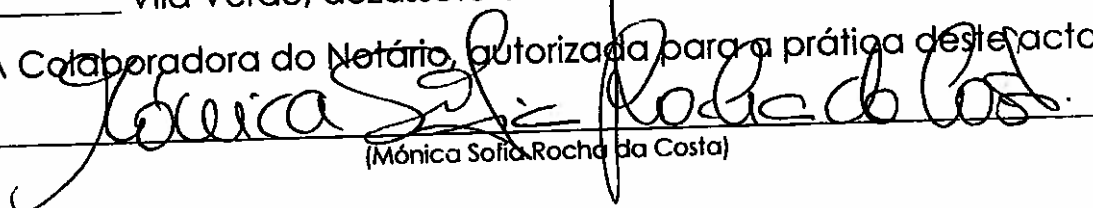
*Henrique*

## CERTIDÃO

\_\_\_\_\_ A presente certidão foi extraída da escritura lavrada de folha cinquenta e três a folha cinquenta e cinco, verso do Livro de Notas para Escrituras Diversas número Noventa e Um – A, do Notário Joaquim Manuel Seco de Faria Carneiro, é constituída por sete folhas, incluindo esta, todas sem escrita no verso e está conforme com o original. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Vila Verde, dezassete de Julho de dois mil e oito. \_\_\_\_\_

A Colaboradora do Notário, autorizada para a prática deste acto,

  
(Mónica Sofia Rocha da Costa)

Emitida factura/recibo. Conta registada sob o n.º 2/1018.



Req.: .

Cad.: .

Joaquim Manuel  
Seco de Faria  
Carneiro

NOTÁRIO

Livro 91-A

Folha 53

## ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

No dia dezassete de Julho de dois mil e oito, no meu cartório, sito na Avenida Professor Machado Vilela, número 18, 2.º andar, em Vila Verde, perante mim, Joaquim Manuel Seco de Faria Carneiro, Notário, compareceu como outorgante: \_\_\_\_\_

JOSÉ ANTÓNIO DA MOTA ALVES, casado, natural da freguesia de Pico de Regalados, concelho de Vila Verde, freguesia onde reside, na Quinta da Corredoura, número 100, \_\_\_\_\_

que outorga na qualidade de Presidente da Direcção, em representação da associação denominada **"ATAHCA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS TERRAS ALTAS DO HOMEM, CÁVADO E AVE"**, NIPC 503 408 077, com sede na Praça do Município, em Vila Verde, \_\_\_\_\_

qualidade e suficiência de poderes para o acto que verifiquei pela acta, com o número dezoito, da reunião da Assembleia Geral da identificada associação, realizada em vinte e sete de Janeiro do ano de dois mil e sete e respectivo anexo que dela faz parte integrante, de que apresenta pública-forma, que arquivo. \_\_\_\_\_

Verifiquei a identidade do outorgante por conhecimento pessoal. \_\_\_\_\_

DECLAROU O OUTORGANTE: \_\_\_\_\_

Que em cumprimento do deliberado por unanimidade na identificada reunião da Assembleia Geral, pela presente escritura formaliza a alteração dos estatutos da **ATAHCA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS TERRAS ALTAS DO HOMEM, CÁVADO E AVE**, constituída por escritura pública lavrada em quatro de Setembro de mil novecentos e noventa e um, exarada a partir da folha cinquenta e dois, do livro de notas respectivo número



8113  


Quarenta e Oito – B, do Cartório Notarial de Vila Verde, mediante a modificação da redacção e eliminação dos artigos ou de partes dos artigos abaixo referidos, mantendo a sua denominação e o seu objecto, sem prejuízo da especificação de actividades a levar a efeito para a sua realização e alterando a sua sede, dentro do mesmo concelho, pelo que tais artigos passarão a ter a seguinte redacção: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Objecto da Associação \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ «Artigo Segundo \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1 – O objecto da Associação é promover o desenvolvimento rural integrado. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2 – Para a realização desse objecto a Associação poderá levar a efeito, designadamente: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) A concepção, organização e realização de acções de formação profissional; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) A organização de acções de promoção e divulgação de produtos endógenos, no país e no estrangeiro; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) Como entidade privilegiadora, a participação em intercâmbios nacionais e internacionais no âmbito do desenvolvimento rural; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ d) Como entidade interlocutora entre as populações locais e as entidades oficiais, acções de promoção e valorização dos territórios rurais; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e) A criação, organização, implementação e gestão de projectos de desenvolvimento sócio-económicos.» \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Sede \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ «Artigo Terceiro \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1 – A Associação tem a sua sede na Rua Condestável D. Nuno Álvares Pereira, 356-380, freguesia de Barbudo, concelho de Vila Verde. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2 - A Associação poderá criar delegações bem como filiar-se, associar-se ou aderir a organismos afins ou federações, nacionais ou internacionais ou com eles estabelecer relações de cooperação ou colaboração.» \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Associados \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ «Artigo Quarto \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Podem ser associados pessoas singulares e colectivas de reconhecida intervenção no desenvolvimento rural integrado no território.» \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Natureza dos associados \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ «Artigo Quinto \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1 - A ATAHCA é constituída por sócios efectivos (fundadores e aderentes) e honorários. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2 - (...) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3 - (...) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4 - (...)» \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Órgãos Sociais \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ «Artigo Sétimo \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1 - (...) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) - (...) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) - (...) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) - (...) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2 - A mesa da Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal, são eleitos pelos membros efectivos e de entre eles, para o desempenho de mandatos de três anos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3 - (eliminado).» \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Assembleia Geral \_\_\_\_\_

151  
[Handwritten signature]

_____ «Artigo Oitavo» _____	
_____ 1 - (...) _____	
_____ 2 - (eliminado) _____	
_____ 3 - (...) _____	
_____ a) - (...) _____	
_____ b) - (...) _____	
_____ c) - (eliminado). _____	
_____ d) Analisar e aprovar o relatório de actividades e a conta de gerência; _____	
_____ e) - (...) _____	
_____ f) - (...) _____	
_____ g) - (...) _____	
_____ h) - (...) _____	
_____ 4 - (...) _____	
_____ 5 - (...)» _____	
_____ Sessões da Assembleia _____	
_____ «Artigo Nono _____	
_____ 1 - A Assembleia Geral reúne em sessão ordinária e extraordinária: _____	
_____ a) A Assembleia Geral reúne por convocatória do Presidente da Mesa da Assembleia em sessão ordinária duas vezes em cada ano: uma no mês de Dezembro, para apreciação e votação do plano de actividades e do orçamento para o ano seguinte, outra no mês de Março, para apreciação e votação do relatório de actividades e contas de gerência da Direcção, e do parecer do Conselho Fiscal; _____	
_____ b) A Assembleia Geral reúne em sessão extraordinária, por convocatória do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a pedido da Direcção,	

ou do Conselho Fiscal, a requerimento de sócios que representem no mínimo, um quinto dos mesmos, ou por iniciativa da Mesa da Assembleia Geral. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2 - A Assembleia Geral é convocada pelo seu Presidente, com quinze dias de antecedência. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3 - A convocatória da Assembleia Geral deverá conter a ordem de trabalhos, o dia, a hora e o local de reunião. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4 - A convocatória será enviada a todos os associados por comunicação escrita por qualquer meio de transmissão. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5 - A Assembleia Geral funciona no dia e hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto, ou meia hora depois, com qualquer número de associados.» \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Direcção \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ «Artigo Décimo \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1 - A Direcção é constituída por sete membros, sendo um Presidente, dois Vice-presidentes, um Secretário, um Secretário-adjunto, um Tesoureiro e um Tesoureiro-adjunto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2 - (...) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) - (...) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) - (...) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) - (...) \_\_\_\_\_


\_\_\_\_\_ d) - (...) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e) - (...) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3 - (eliminado).» \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Património e Fundos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ «Artigo Décimo Segundo \_\_\_\_\_

Sub  


\_\_\_\_\_ 1 - (...) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2 - (...) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) - (...) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) - (...) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) - Os proveitos de prestações de serviços e de actividades comerciais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Disposições Transitórias \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ «Artigo Décimo Quarto \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1 - (eliminado) \_\_\_\_\_


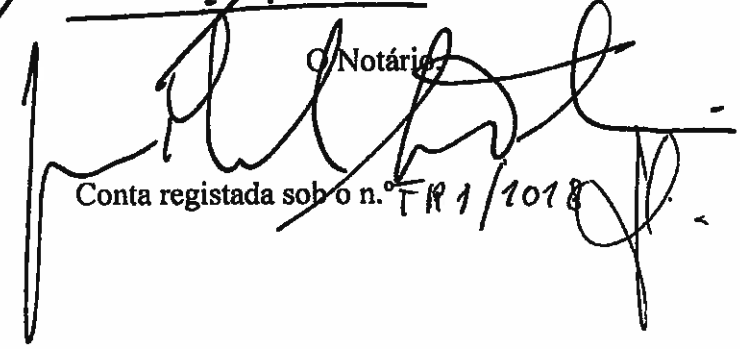
\_\_\_\_\_ 2 - (eliminado) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3 - (eliminado).» \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Pela referida deliberação foi ainda alterada a epígrafe inicial dos estatutos, que passa a ser «Constituição, Denominação e Objecto.» \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ASSIM O OUTORGARAM. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Esta escritura foi lida ao outorgante e a ele explicado o seu conteúdo.

  
\_\_\_\_\_  
O Notário  
  
Conta registada sob o n.º FR 1/1018

Deliberação aprovada.  
Remetida à Ass. Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA  
Gabinete do Presidente

Ass. Municipal  
23.03.2015

Handwritten initials and signatures: "A. R.", "A. H.", "B.", and a signature.

## PROPOSTA

Considerando a relevância do Desenvolvimento Rural na prossecução de um concelho mais harmonioso, sustentável e equilibrado e observando a importância das mais-valias e sinergias ímpares que o trabalho em rede e parceria gera.

Atendendo ao valoroso trabalho desenvolvido pela ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, entidade privada sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento local, dinamizando um conjunto de ações com a missão de: preservar e valorizar o património rural; formar e qualificar a população local; promover e divulgar recursos turísticos da região e apoiar a dinamização socioeconómica, através da promoção de sinergias entre os agentes locais.

Tendo em conta que no concelho de Braga não existe qualquer entidade que realiza as atividades desenvolvidas pela ATAHCA.

Considerando que o Município de Braga, enquanto autarquia local, dispõe de atribuições, designadamente nos domínios do equipamento rural, património, ambiente, promoção de desenvolvimento, conforme preveem as alíneas a), e) e k) m) do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e que para prosseguir essas atribuições a Câmara Municipal, enquanto órgão executivo, dispõe das competências previstas designadamente no artigo 3º e alínea t) do nº 1, do artigo 33º, do mesmo diploma legal,

Proponho que a Câmara Municipal delibere submeter a aprovação da Assembleia Municipal a adesão do Município de Braga à Associação ATAHCA, nos termos da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

A adesão do Município implicará o pagamento anual de uma quota no valor de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros).

Anexos:

- Estatutos;
- Relatório de Contas de 2013.

O Vice-presidente da Câmara Municipal

Handwritten signature of Firmino Marques, Dr.

GAP/AB



## PROTOCOLO

Considerando que:

1. O **Município de Braga**, no quadro da sua estratégia para o concelho considera que a competitividade das áreas rurais e a valorização dos recursos endógenos do concelho terá que assentar, essencialmente, na dinamização dos sectores agrícola e florestal e na dinamização turística; -----
2. Esta estratégia tem subjacente o princípio da sustentabilidade económica, cultural e ambiental, assente na gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais, na revitalização económica e social das zonas rurais e na promoção patrimonial e cultural. Neste contexto, emergem três objetivos estratégicos decorrentes destes princípios:-----
  - a. A promoção e a competitividade da atividade agrícola e florestal;-----
  - b. A preservação da paisagem e a valorização do património rural;-----
  - c. A dinamização e a promoção turística.-----
3. O setor agrícola e pecuário é um setor muito vulnerável a inúmeros fatores externos, e, por isso, de complexa rentabilidade económica; -----
4. Que o Município de Braga está empenhado em apoiar o desenvolvimento de atividades agrícolas;-----
5. **A Cavagri – Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, Crl**, é uma Cooperativa de responsabilidade limitada que congrega agricultores, bovinicultores, produtores de leite de vaca, de uvas, de frutas e hortícolas, dos concelhos do Alto Cávado (*Amares, Braga, Vila Verde, Terras de Bouro*)
6. A Cavagri, CRL, pretende afirmar-se como uma Cooperativa polivalente de referência na região, fiável, credível, dinâmica, líder na defesa do sector agrário, elemento central para a valorização da Agricultura e as Gentes das Terras do Alto Cávado e particularmente do concelho de Braga.
7. A atividade da CAVAGRI, CRL centra-se na comercialização dos produtos dos seus cooperantes – transformados ou não. Ao mesmo tempo, esta entidade, presta serviços

de apoio técnico aos produtores e agricultores da sua área de atuação, numa perspetiva de melhoria de qualidade e da sustentabilidade e responsabilidade ambiental das atividades agrícolas contribuindo para o progresso socioeconómico dos seus cooperantes.

8. A Cavagri é a entidade protocolada com a Autoridade Veterinária Nacional, responsável pela execução das ações previstas no Programa Nacional de Saúde Animal (PNSA) que se consubstancia, designadamente na execução do programa sanitário anual aprovado pela DGAV para os efeitos de bovinos, ovinos e caprinos presentes no concelho de Braga, assegurando igualmente, o acesso os detentores à plataforma do SNIRA, procedendo à identificação e registo de nascimento dos animais e o registo da sua movimentação.
9. Igualmente a CAVAGRI, através da CONFAGRI, é uma entidade protocolada com o IFAP, assegurando o apoio técnico e a receção de candidaturas anuais aos apoios à agricultura (regime de Pagamento base, *greening* e medidas agro ambientais), garantindo, em permanência, uma sala de atendimento do Parcelário Agrícola.

Assim, entre:

MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, em Braga, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, neste ato devida e legalmente representado pelo Presidente, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato, doravante designado simplesmente por Município,-----

E -----

CAVAGRI, Cooperativa Agrícola do Alto do Cávado, CRL, com o nº 504 578 065, com sede no Campo das Carvalheiras, 1, 4700-419 Braga, neste ato devidamente representada pelo Presidente da Direção, Senhor Custódio José Marques da Costa, com poderes para o ato, doravante e de modo abreviado designado por Cavagri; -----

Acordam na celebração do presente protocolo que se regerá pelas cláusulas seguintes: -----

#### Cláusula Primeira

1. O presente protocolo visa regular os termos da participação da CAVAGRI, CRL na concretização da estratégia municipal para o desenvolvimento rural do concelho de Braga.-----

#### Cláusula Segunda

1. A CAVAGRI, CRL compromete-se a participar de forma ativa, como interlocutor reconhecido pelo município, na definição, promoção e divulgação das políticas e na concretização da estratégia para desenvolvimento rural do concelho junto dos seus produtores associados e a comunidade rural.
2. Para esse efeito a CAVAGRI disponibiliza os recursos humanos e materiais adequados e os seus meios de comunicação e divulgação;

#### Cláusula Terceira

1. O município e a CAVAGRI promoverão ações conjuntas que possibilitem identificar produtos agrícolas de origem local passíveis de criação de denominações de origem certificada;
2. As duas entidades comprometem-se a promover a melhoria qualitativa e quantitativa do acesso dos produtos agrícolas locais (vinho, frutas e hortícolas) nos circuitos locais de distribuição – Aplicando e divulgando princípio ***“Produzir Local – Consumir Local”***.

#### Cláusula Quarta

1. A CAVAGRI, no âmbito da promoção do melhoria das condições ambientais, que visam promover, por um lado o bem-estar animal e, por outro, a mitigação dos impactos das atividades pecuárias no território envolvente, colaborará com o município e compromete-se a promover a divulgação de boas práticas e participará ativamente, junto dos detentores associados, na implementação de medidas de correção necessárias ao adequado aproveitamento dos efluentes gerados como fertilizantes e na melhoria de enquadramento paisagístico e ambiental das instalações pecuárias, promovendo soluções de harmonização com as restantes atividades no território rural.
2. As duas entidades comprometem-se a apoiar e estudar soluções coletivas de aproveitamento e redução de impactos ambientais dos efluentes gerados nas atividades animais, como por exemplo, a sua utilização para produção de energia e a valorização como fertilizante “exportável” para outras regiões com solos deficitários em matéria orgânica.

#### Cláusula Quinta

1. As duas entidades têm como objetivo a cooperação na implementação de políticas de desenvolvimento rural, devendo ser realizadas em conjunto, ações de divulgação e dinamização do território, sempre que possível.

#### **Cláusula Sexta**

1. Sendo vontade das partes celebrarem este protocolo, o mesmo será assinado pelos representantes legais de cada uma das instituições.
2. O presente protocolo pode ser denunciado a todo o tempo por qualquer uma das partes.

Braga, 4 de julho de 2017

Pelo Município de Braga,

---

(Ricardo Rio)

Pela CAVAGRI,

---

(Custódio José Marques da Costa)

24

**CAVAGRI - Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, C.r.l.**

Contribuinte nº 504578065

**CAPÍTULO I**

**Da constituição, denominação, sede, duração, objecto e fins**

**Artigo 1.º**

**Constituição e denominação**

A Cooperativa denomina-se **CAVAGRI - Cooperativa Agrícola do Alto Cávado C.R.L.**, e resulta da fusão da Leitecoope - Cooperativa Agrícola e Leiteira de Braga, C.R.L., com a Adega Cooperativa de Braga, C.R.L.

§ único. A Cooperativa reger-se-á pela legislação vigente e disposições constantes dos seus estatutos.

**Artigo 2.º**

**Duração**

A Cooperativa tem duração ilimitada a partir da data da sua constituição.

**Artigo 3.º**

**Sede**

1 - A Cooperativa tem a sua sede no Campo das Carvalheiras, número um, freguesia de Braga (Sé) da cidade de Braga.

2 - Poderão ser estabelecidas delegações por proposta da direcção, a submeter à assembleia geral.

**Artigo 4.º**

**Objecto e fins**

1 - A Cooperativa tem por objecto efectivar, quaisquer que sejam os meios e as técnicas por ela utilizados, as operações respeitantes à natureza dos produtos provenientes das explorações dos cooperadores e a prestação de serviços diversos, que se concretizam em cada uma das secções.

2 - Sem prejuízo da unidade da pessoa jurídica, a Cooperativa funciona por secções distintas, as quais terão regulamentos internos, devendo a contabilidade evidenciar os resultados de cada uma delas.

3 - As secções existentes na Cooperativa são:

a) Compra e venda:

Natureza dos serviços - aquisição, para fornecimento aos cooperadores, de todos os bens de consumo e equipamentos necessários às suas explorações, bem como de escoamento das suas produções agrícolas;

b) Pecuária:

Natureza dos serviços - recolha dos produtos pecuários, sua distribuição e prestação de serviços aos associados;

c) Vinícola:

Natureza do produto - uvas;

Natureza das operações - vinificação, venda e prestação de serviços aos associados.

d) Agrupamento de Defesa Sanitária / Organização de Produtores Pecuários.

Natureza dos serviços – Assistência sanitária aos efectivos pecuários e prestação de serviços aos associados.

4 - Além das secções referidas no número anterior, poderão ser criadas outras, desde que aprovadas em assembleia geral, sob proposta da direcção.

## **CAVAGRI - Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, C.r.l.**

Contribuinte nº 504578065

5 - As funções de cada uma das secções serão definidas em regulamento interno.

6 - A Cooperativa poderá igualmente efectuar, a título subsidiário, actividades próprias de outros ramos, necessárias à satisfação das necessidades dos seus membros.

### **Artigo 5.º**

#### **Meios para a realização dos fins**

Para a realização dos seus fins, pode a Cooperativa:

1 - Adquirir a propriedade ou outros direitos que assegurem o uso e fruição de prédios, ou de instalações, ou de unidades fabris, ou de locais de armazenamento e conservação, ou ainda para actividades auxiliares ou complementares.

2 - Utilizar ou permitir a utilização, no todo ou em parte, dos edifícios, instalações, equipamentos ou serviços.

3 - Ajustar com quaisquer pessoas jurídicas, singulares ou colectivas, contratos, acordos ou convenções.

4 - Promover o transporte dos produtos dos seus cooperadores, com a colocação em armazém ou nos mercados de consumo.

5 - Contrair empréstimos nas caixas de crédito agrícola mútuo ou em quaisquer outras instituições de crédito.

6 - Filiar-se em cooperativas de grau superior.

## **CAPÍTULO II**

### **Do capital social**

### **Artigo 6.º**

#### **Capital social da cooperativa**

1 - O capital social da Cooperativa é variável, não podendo o seu montante mínimo ser inferior a cinco mil EUROS

2 - O capital social é representado por títulos de capital de cinco EUROS cada um, podendo a assembleia geral determinar o seu agrupamento ou aumento de valor, de acordo com a lei.

3 - Os títulos são nominativos e neles devem constar as seguintes menções:

- a) A denominação da Cooperativa;
- b) O número de registo da mesma;
- c) O valor;
- d) A data da emissão;
- e) O número, em série contínua;
- f) A assinatura de dois membros da direcção;
- g) A assinatura do cooperador titular.

4 - O capital referido no número anterior deste artigo poderá ser elevado, de uma ou mais vezes, por deliberação da assembleia geral.

5 - O capital da Cooperativa responde, em conjunto e solidariamente, pelas obrigações assumidas.

### **Artigo 7.º**

#### **Entradas mínimas de cada membro**

1 - As entradas mínimas de cada membro em cada secção não podem ser inferiores a vinte títulos de capital.



## **CAVAGRI - Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, C.r.l.**

Contribuinte nº 504578065

2 - Cada secção definirá em regulamento interno o número de títulos a subscrever por cada membro que nela pretenda inscrever-se.

### **Artigo 8.º**

#### **Realização do capital**

1 - Cada título subscrito deverá ser realizado, em dinheiro, em, pelo menos, dez por cento do seu valor, no acto da inscrição.

2 - A parte restante do capital poderá ser realizada em prestações, pela forma e prazos que forem estabelecidos no regulamento interno.

### **Artigo 9.º**

#### **Transmissibilidade dos títulos de capital**

1 - Os títulos de capital só são transmissíveis por acto *inter vivos* ou *mortis causa* mediante autorização da direcção, sob condição de o adquirente ou o sucessível já ser cooperador ou reunir as condições de admissão exigidas.

2 - A transmissão *inter vivos* opera-se por endosso do título a transmitir, assinado pelo vendedor, e averbamento no livro de registo, assinado por dois membros da direcção e pelo adquirente.

3 - A transmissão *mortis causa* opera-se pela apresentação do documento comprovativo da qualidade de herdeiro ou de legatário, em função do qual será averbada em nome do seu titular, no respectivo livro de registo, que deverá ser assinado por dois membros da direcção e pelo herdeiro ou legatário.

4 - Não podendo operar-se a transmissão *mortis causa*, os sucessíveis têm direito a receber o montante dos títulos do autor da sucessão, segundo o valor nominal, corrigido em função da quota-parte dos excedentes ou prejuízos e das reservas não obrigatórias apuradas no balanço do ano anterior.

### **Artigo 10.º**

#### **Aquisição de títulos de capital pela Cooperativa**

A cooperativa não pode adquirir títulos representativos do seu próprio capital, a não ser gratuitamente.

### **Artigo 11.º**

#### **Joia**

1 - Aos cooperadores admitidos posteriormente à aprovação dos estatutos poderá ser exigida uma jóia definida pela percentagem das reservas sobre o capital social reportado ao último balanço aprovado.

2 - Esta percentagem é aplicada ao capital individual a subscrever pelo cooperador.

3. A assembleia geral deliberará sobre a forma de pagamento e a forma da sua repartição pelas reservas obrigatórias.

### **Artigo 12.º**

#### **Emissão de títulos de investimento**

1 - A Cooperativa pode emitir títulos de investimento, desde que haja deliberação da assembleia geral nesse sentido, que fixará a taxa de juro e demais condições de emissão.

2- Os títulos de investimento são nominativos e transmissíveis, obedecendo aos requisitos do n.º 3 do artigo 6.º dos presentes estatutos.

3. Quando a assembleia geral deliberar, os títulos de investimento podem ser subscritos por pessoas que não sejam membros da Cooperativa, mas não concedem a qualidade de membro da Cooperativa a quem não a tiver, embora os seus titulares possam assistir às assembleias gerais, sem direito de voto ou de intervir.

## **CAVAGRI - Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, C.r.l.**

Contribuinte nº 504578065

### **CAPÍTULO III Dos cooperadores**

#### **Artigo 13.º**

##### **Quem pode ser cooperador**

Podem ser cooperadores as pessoas singulares ou colectivas que:

- a) Exerçam a exploração agrícola, pecuária ou florestal;
- b) Tenham subscrito e realizado no acto de admissão o capital mínimo exigido;
- c) Não sejam membros de outra cooperativa, a título da mesma exploração, para serviços da mesma natureza;
- d) Não sejam titulares de interesses directos ou indirectos, na área de acção da Cooperativa, relacionados com as actividades por ela exercidas ou susceptíveis de a afectar;
- e) Menores, desde que autorizados por seus pais ou tutores.

#### **Artigo 14.º**

##### **Número mínimo**

O número de cooperadores nunca pode ser inferior a dez.

#### **Artigo 15º**

##### **Admissão**

- 1 - A admissão como cooperador efectuar-se-á mediante proposta apresentada por escrito à direcção, subscrita por dois cooperadores e pelo proposto.
- 2 - A admissão será resolvida em reunião ordinária da direcção, no prazo máximo de sessenta dias posteriores à entrega da proposta, e a respectiva deliberação deverá ser comunicada imediatamente por escrito ao interessado.
- 3 - Além de outros motivos ponderosos, a direcção pode recusar a admissão enquanto a Cooperativa não dispuser dos meios necessários para dar resposta à solicitação do interessado.
- 4 - A recusa de admissão é passível de recurso para a assembleia geral, a interpor no prazo de quinze dias, por iniciativa do candidato ou dos proponentes.
- 5 - A assembleia geral deliberará na primeira reunião seguinte à interposição do recurso, desde que este seja recebido antes da convocação daquela reunião.

#### **Artigo 16.º**

##### **Inscrição**

- 1 - O candidato a cooperador que obtiver resolução favorável à sua admissão será desde logo inscrito, ficando sujeito aos direitos e obrigações decorrentes da sua condição de cooperador.
- 2 - A inscrição dos cooperadores far-se-á em livro próprio, sempre patente na sede da Cooperativa, donde constarão, com referência a cada cooperador, os seus elementos de identificação, número de inscrição por ordem cronológica, o capital subscrito e o realizado, bem como as penalidades que lhe tenham sido impostas.
- 3 - Os herdeiros do cooperador falecido sucedem-lhe nos direitos e obrigações perante a Cooperativa.
- 4 - Os herdeiros que reúnam as condições necessárias para o efeito poderão assumir a qualidade de cooperador com a mesma exploração agrícola, nas mesmas condições pelas quais o falecido se encontrava vinculado à Cooperativa.

18

**CAVAGRI - Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, C.r.l.**

Contribuinte nº 504578065

**Artigo 17.º**

**Direitos**

Os cooperadores têm direito, nomeadamente, a:

- a) Participar nas assembleias gerais, apresentando propostas, discutindo e votando;
- b) Eleger e ser eleito para os cargos dos órgãos da Cooperativa;
- c) Requerer aos órgãos competentes da Cooperativa as informações que desejarem e examinar os livros e documentos contabilísticos nos oito dias anteriores à sua apresentação na assembleia geral;
- d) Requerer a convocação da assembleia geral nos termos definidos nestes estatutos ou, quando esta não for convocada, requerer a sua convocação nos termos da lei;
- e) Solicitar a sua demissão;
- f) Reclamar perante a assembleia geral contra as infracções das disposições legais ou estatutárias que forem cometidas, quer por algum órgão social ou seus titulares, quer por outros cooperadores;
- g) Reclamar para a direcção de qualquer acto irregular cometido por empregado ou cooperador;
- h) Haver parte nos excedentes, segundo o deliberado em assembleia geral.

**Artigo 18.º**

**Deveres**

1 - Os cooperadores devem observar os princípios cooperativos e respeitar as leis e os estatutos.

2 - Devem ainda:

- a) Participar nas assembleias gerais;
- b) Aceitar e exercer os cargos para os quais tenham sido eleitos, salvo motivo justificado de escusa;
- c) Participar, em geral, nas actividades da Cooperativa;
- d) Efectuar os pagamentos previstos na lei e nos estatutos;
- e) Entregar à Cooperativa a totalidade dos produtos da exploração objecto da Cooperativa, com excepção das quantidades necessárias ao consumo familiar ou à própria exploração;
- f) Permanecer na Cooperativa por um período mínimo de três anos, bem como das suas renovações, salva a hipótese prevista no número quatro do presente artigo;
- g) Não realizar actividades concorrenciais com as que sejam objecto principal da cooperativa;
- h) Realizar o capital social segundo o disposto nestes estatutos ou em regulamento interno;
- i) Comunicar à direcção, no prazo de trinta dias, quando deixar de exercer a exploração na área da Cooperativa.

3 - O não cumprimento por parte dos cooperadores das obrigações assumidas, não os dispensa do pagamento da percentagem dos encargos fixos que eram correspondentes à actividade normal a que se vincularam no acto de admissão.

4 - Se o cooperador não comunicar à direcção a vontade de se retirar, por carta registada, com aviso de recepção, até noventa dias antes do fim do período da obrigatoriedade de permanência ou da sua renovação, este período renova-se, automaticamente, por mais três anos.

## **CAVAGRI - Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, C.r.l.**

Contribuinte nº 504578065

### **Artigo 19.º**

#### **Demissão**

1 - Os cooperadores podem solicitar a sua demissão à direcção, por meio de carta registada, com aviso de recepção, até noventa dias antes do fim de cada período de obrigatoriedade de permanência.

2 - Ao cooperador, cuja demissão for aceite, será restituído, no prazo máximo de um ano, o valor dos títulos de capital realizado, assim como os excedentes e os juros a que tiver direito relativamente ao último exercício social, até ao momento da demissão.

### **Artigo 20.º**

#### **Exclusão**

1 - Poderão ser excluídos da Cooperativa os cooperadores que violarem, grave e culposamente, os deveres sociais previstos no artigo 18.º, designadamente:

a) Deixarem de exercer a exploração agrícola, pecuária ou florestal, na área de acção da Cooperativa, por um prazo superior a um ano;

b) Deixarem de entregar os produtos da sua exploração por período consecutivo de dois anos;

c) Passarem a explorar ou a negociar de forma concorrencial com a cooperativa, quer em nome próprio, quer através de interposta pessoa ou empresa;

d) Negociarem produtos, matérias primas, máquinas ou quaisquer equipamentos ou mercadorias que hajam adquirido por intermédio da Cooperativa;

e) Transfiram para outros os benefícios que só aos membros é lícito obter;

f) Tiverem sido declarados em estado de falência fraudulenta ou no caso de serem demandados pela Cooperativa, hajam sido condenados por decisão transitada em julgado;

g) Tiverem cometido crime que implique a suspensão de direitos civis.

2 - A exclusão terá de ser precedida de processo escrito, do qual conste a indicação das faltas, a sua qualificação, a prova produzida, a defesa do arguido e a proposta de aplicação da medida de exclusão.

3. - A proposta de exclusão será fundamentada e notificada por escrito ao arguido com uma antecedência de, pelo menos, oito dias, em relação à data da assembleia geral que sobre ela venha a deliberar.

4 - Os cooperadores excluídos terão direito aos reembolsos previstos no n.º 2, do artigo 19.º, sem prejuízo de eventuais indemnizações resultantes de prejuízos causados à Cooperativa.

5 - A Cooperativa poderá compensar os valores dos reembolsos com indemnizações a que tenha direito pelos factos que motivarem a exclusão, no caso de acordo quanto aos respectivos montantes.

### **Artigo 21.º**

#### **Outras sanções**

1 - As infracções cometidas pelos membros que não importem a exclusão, poderão ser punidas, consoante a sua gravidade, com as seguintes sanções:

a) Censura;

b) Multa até à quantia de cem mil escudos, e,

c) Suspensão de direitos e benefícios, por período não superior a um ano.

2 - A competência para a aplicação destas sanções é da direcção, cabendo delas recurso para a assembleia geral, a interpor no prazo de oito dias, contados da data em que o cooperador recebeu a comunicação da penalidade imposta.

3 - Nenhuma destas penas pode ser aplicada sem prévia audição do arguido.

16

**CAVAGRI - Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, C.r.l.**

Contribuinte nº 504578065

**CAPÍTULO IV**  
**Dos órgãos sociais**

**SECÇÃO I**  
**Princípios gerais**

**Artigo 22.º**  
**Órgãos sociais**

1 - Os órgãos sociais da Cooperativa são:

- a) A assembleia geral;
- b) A direcção;
- c) O conselho fiscal.

2 - Para a realização de tarefas determinadas, poderá a assembleia geral criar comissões especiais, cuja duração não ultrapasse o mandato.

**Artigo 23.º**  
**Titulares dos órgãos**

1 - Os titulares da mesa da assembleia geral, da direcção e do conselho fiscal, bem como os seus substitutos, quando previstos, são eleitos por um período de quatro anos, sem prejuízo de renovação do mandato.

2 - Em caso de vacatura de qualquer cargo da direcção ou do conselho fiscal, será chamado a exercício, até final do mandato, um dos substitutos.

3 - Quando pelo chamamento dos substitutos não fôr possível preencher mais de metade dos lugares da direcção ou do conselho fiscal, será convocada uma assembleia geral, em reunião extraordinária, para eleger os membros em falta, incluindo suplentes.

4 - Em qualquer dos casos, no prazo máximo de um mês, deve ser convocada a assembleia geral ou, sendo caso disso, ser pedida a sua convocação ao juiz da comarca.

**Artigo 24.º**  
**Condições de elegibilidades**

1 - Só são elegíveis para a direcção, conselho fiscal e mesa da assembleia geral os membros da Cooperativa que:

- a) Se encontrem no uso de todos os seus direitos civis e de cooperadores;
- b) Não estejam sujeitos ao regime de liberdade condicional nem à aplicação de medidas de segurança privativas da liberdade individual;
- c) Sejam membros da Cooperativa há, pelo menos, doze meses; e,
- d) Não sejam funcionários da Cooperativa.

2 - Os eleitos que venham a estar abrangidos pelas causas de inegibilidade decorrentes da alínea a), do número anterior perdem o mandato.

3 - Os eleitos que venham a estar abrangidos pelas causas de inegibilidade decorrentes na alínea b), do número 1 são suspensos do seu mandato, enquanto as mesmas durarem.

**CAVAGRI - Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, C.r.l.**

Contribuinte nº 504578065

**Artigo 25.º**

**Incompatibilidades**

- 1 - Nenhum cooperador pode pertencer, no mesmo mandato, à assembleia geral, à direcção ou ao conselho fiscal.
- 2 - Tendo a Cooperativa mais de vinte membros, não podem ser eleitos para o mesmo órgão social ou ser simultaneamente membros da direcção e do conselho fiscal os cônjuges e as pessoas que vivam em união de facto.
- 3 - Se a eleição recair em pessoas que estejam nas condições do número anterior, preferirá a que tiver sido mais votada e, em caso de igualdade de votos, o que já tiver exercido algum cargo ou, em caso de nova igualdade, o que for mais velho.

**Artigo 26.º**

**Quorum**

Com excepção da assembleia geral, nenhum órgão pode reunir sem que esteja presente a maioria dos seus membros.

**Artigo 27.º**

**Deliberações**

- 1 - As deliberações dos órgãos da Cooperativa são tomadas por maioria simples sempre que a lei ou estes estatutos não exijam maioria qualificada.
- 2 - As votações respeitantes a eleições para os cargos dos órgãos sociais ou a assuntos de incidência pessoal serão feitas por escrutínio secreto, procedimento que igualmente será adoptado sempre que a lei, os estatutos ou a assembleia geral assim o determinem.
- 3 - Os presidentes dos órgãos têm voto de qualidade.

**Artigo 28.º**

**Actas**

Será sempre lavrada acta das reuniões de qualquer órgão social, a qual deve ser obrigatoriamente assinada pelos membros presentes.

**Artigo 29.º**

**Remunerações dos titulares dos cargos**

A assembleia geral pode deliberar que sejam remunerados os titulares dos cargos dos órgãos sociais e os componentes das comissões especiais.

**Artigo 30.º**

**Eleições**

- 1 - Os membros titulares da mesa da assembleia geral, da direcção e do conselho fiscal, são eleitos em escrutínio secreto, por maioria simples dos votos, entre os cooperadores no pleno gozo dos seus direitos, de entre as listas de candidaturas que satisfaçam os seguintes requisitos:
  - a) Sejam enviadas ou entregues em mão ao presidente da mesa da assembleia geral com a antecipação mínima de oito dias em relação à data da assembleia geral;
  - b) Sejam subscritas pela direcção ou por um mínimo de vinte e cinco membros no pleno gozo dos seus direitos;
- 2 - As listas deverão indicar os presidentes dos diferentes órgãos sociais;
- 3 - A Cooperativa afixará na sede, com antecedência mínima de cinco dias em relação à data do acto eleitoral, as listas dos candidatos que tenham sido admitidas.

## **CAVAGRI - Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, C.r.l.**

Contribuinte nº 504578065

### **Secção II Assembleias gerais e sectoriais**

#### **Artigo 31.º**

##### **Definição e composição**

1 - A assembleia geral é o órgão supremo da Cooperativa e as suas deliberações, tomadas nos termos legais e estatutários, são obrigatórias para os restantes órgãos da Cooperativa e para todos os membros desta.

2 - A assembleia geral é constituída pelos delegados dos cooperadores eleitos nas secções da Cooperativa.

3 - Em cada secção funcionará uma assembleia sectorial, na qual participam todos os cooperadores inscritos nessa secção, que será dirigida por uma mesa composta por três membros com mandato cuja duração será igual à prevista para os órgãos sociais da Cooperativa.

4 - A cada assembleia sectorial compete:

- a) eleger a mesa da assembleia sectorial;
- b) eleger os delegados que representam a secção na assembleia geral da Cooperativa;
- c) pronunciar-se sobre o orçamento e o plano de actividades anuais a submeter à aprovação da assembleia geral;
- d) pronunciar-se sobre o balanço, o relatório e as contas anuais, a submeter à aprovação da assembleia geral;
- e) pronunciar-se sobre as actividades e a rentabilidade da secção;
- f) pronunciar-se sobre quaisquer propostas de alteração dos Estatutos e do Regulamento Interno da Cooperativa, a submeter à aprovação da assembleia geral;
- g) pronunciar-se sobre quaisquer propostas de fusão, cisão ou dissolução da cooperativa, a submeter à aprovação da assembleia geral;
- h) pronunciar-se sobre quaisquer outros assuntos que lhe sejam submetidos pela Direcção da Cooperativa.

5 - O regulamento interno fixa o número de delegados das secções às assembleias gerais da Cooperativa, em função do número de cooperadores inscritos em cada secção.

#### **Artigo 32.º**

##### **Sessões ordinárias e extraordinárias**

1 - A assembleia geral reúne em sessões ordinárias e extraordinárias.

2 - A assembleia geral ordinária reunirá obrigatoriamente duas vezes em cada ano, uma até trinta e um de Março, para apreciação e votação do relatório, balanço e contas da direcção, bem como do parecer do conselho fiscal, referentes ao ano anterior, outra até trinta e um de Dezembro, para apreciação e votação do orçamento e plano de actividades para o ano seguinte.

3 - A assembleia geral extraordinária reúne por iniciativa do seu presidente, a pedido da direcção ou do conselho fiscal, ou a requerimento de delegados das secções que representem, pelo menos, 15% dos cooperadores.

#### **Artigo 33.º**

##### **Mesa da assembleia geral**

1 - A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e dois secretários, eleitos directamente pela assembleia.



## **CAVAGRI - Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, C.r.l.**

Contribuinte nº 504578065

- 2 - Ao presidente incumbe convocar a assembleia geral, presidir à mesma e dirigir os trabalhos, sendo substituído nas suas faltas e impedimentos pelo vice-presidente.
- 3 - Aos secretários compete coadjuvar o presidente na orientação dos trabalhos e elaborar as actas das reuniões.
- 4 - Na falta de qualquer dos membros da mesa da assembleia geral, competirá a esta eleger os respectivos substitutos, de entre os cooperadores presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião, após a feitura da acta.

### **Artigo 34.º**

#### **Convocação**

- 1 - A assembleia geral é convocada pelo presidente da mesa da assembleia com, pelo menos, quinze dias de antecedência.
- 2 - A convocatória, que deverá conter a ordem de trabalhos da assembleia, bem como o dia, a hora e o local da reunião, será publicada num jornal diário do distrito de Braga.
- 3 - Na impossibilidade de se observar o disposto no número anterior, será a convocatória publicada num dos jornais diários mais lidos na região.
- 4 - A convocatória será sempre afixada na sede da Cooperativa, bem como em todos os locais onde tenha qualquer forma de representação social.
- 6 - A convocatória da assembleia geral extraordinária deve ser feita no prazo de quinze dias após o pedido ou requerimento previstos no n.º 3, do artigo 32.º, devendo a reunião realizar-se no prazo máximo de quarenta e cinco dias, contados da data da recepção do pedido ou requerimento

### **Artigo 35.º**

#### **Quorum**

- 1 - A assembleia geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiverem presentes ou representados mais de metade dos delegados eleitos nas assembleias sectoriais.
- 2 - Se à hora marcada para a reunião não se verificar o número de presenças previsto no número anterior, a assembleia geral reúne, com qualquer número de delegados, uma hora depois.
- 3 - no caso da convocatória da assembleia geral ser feita para a sessão extraordinária a requerimento de delegados, a reunião só se efectua se nela estiverem presentes, pelo menos, três quartos dos requerentes.
- 4 - Será lavrada acta de cada reunião da assembleia geral, assinada pelos cooperadores que constituam a mesa.

### **Artigo 36.º**

#### **Competência exclusiva**

É da competência exclusiva da assembleia geral:

- a) Eleger e destituir os titulares dos cargos dos órgãos sociais;
- b) Apreciar e votar anualmente o balanço, o relatório e as contas da direcção, bem como o parecer do conselho fiscal;
- c) Apreciar e votar o orçamento e o plano de actividades para o exercício seguinte;
- d) Fixar as taxas de juro a pagar aos títulos emitidos pela Cooperativa;
- e) Aprovar a forma de distribuição dos excedentes;
- f) Alterar os estatutos e aprovar e alterar os regulamentos internos;
- g) Aprovar a dissolução da Cooperativa;
- h) Aprovar a filiação da Cooperativa em organismos cooperativos de grau superior;

## **CAVAGRI - Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, C.r.l.**

Contribuinte nº 504578065

- i) Excluir cooperadores e funcionar como instância de recurso em relação à admissão dos mesmos ou às sanções que lhes forem aplicadas pela direcção;
- j) Fixar a remuneração dos titulares dos cargos dos órgãos sociais e dos componentes das comissões especiais;
- l) Decidir do exercício do direito de acção cível ou penal contra directores, gerentes e outros mandatários e membros do conselho fiscal;
- m) Apreciar e votar outras matérias, desde que especialmente previstas na legislação cooperativa ou nos estatutos;
- n) Autorizar a direcção a alienar imóveis.

### **Artigo 37.º**

#### **Deliberações**

São nulas todas as deliberações tomadas sobre matérias que não constem da ordem de trabalhos fixada na convocatória, salvo se, estando presentes ou representados devidamente todos os membros da Cooperativa, no pleno gozo dos seus direitos, concordarem, por unanimidade, com a respectiva inclusão, ou se incidirem sobre matéria referida na alínea l) do artigo anterior.

### **Artigo 38.º**

#### **Votações**

- 1 - Nas assembleias gerais cada delegado dispõe de um voto.
- 2 - É exigida maioria qualificada de, pelo menos, dois terços dos votos expressos na aprovação das matérias constantes das alíneas f), g), h), i), l) e n) do artigo 36.º ou quaisquer outras para cuja votação os estatutos prevejam uma maioria qualificada.
- 3 - No caso da alínea g), do artigo 36.º, a dissolução não terá lugar se, pelo menos, dez cooperadores se declararem dispostos a assegurar a permanência da Cooperativa, qualquer que seja o número de votos contrários.

### **Artigo 39.º**

#### **Voto por representação**

- 1 - É admitido o voto por representação, devendo o mandato atribuído a outro delegado constar de documento escrito e assinado, dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral.
- 2 - Cada delegado não pode representar mais de um outro delegado à assembleia geral.

## **SECÇÃO III**

### **Direcção**

### **Artigo 40.º**

#### **Composição**

- 1 - A direcção é composta por presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e vogal, eleitos directamente pela assembleia geral.
- 2 - Serão eleitos tantos membros suplentes quantos os efectivos.
- 3 - A distribuição dos cargos da direcção será feita na sua primeira reunião, podendo ser alterada com a entrada em funções de suplentes.

## **CAVAGRI - Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, C.r.l.**

Contribuinte nº 504578065

### **Artigo 41.º**

#### **Competência**

1 - A direcção é o órgão da administração e representação da Cooperativa, incumbindo-lhe, designadamente:

- a) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do conselho fiscal e à apreciação e votação da assembleia geral o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte;
- b) Fazer cumprir o plano de actividades anual;
- c) Atender as solicitações do conselho fiscal nas matérias da competência deste;
- d) Deliberar sobre a admissão de novos cooperadores e sobre a aplicação de sanções previstas na lei e nestes estatutos, dentro dos limites da sua competência;
- e) Solicitar a convocação da reunião extraordinária da assembleia geral;
- f) Zelar pelo respeito da lei, dos estatutos, do regulamento interno e das deliberações da assembleia geral;
- g) Contratar e gerir o pessoal necessário às actividades da Cooperativa;
- h) Representar a Cooperativa em juízo e fora dele;
- i) Assegurar a escrituração dos livros nos termos legais;
- j) Arrendar propriedades necessárias à instalação da sua sede, armazéns e depósitos, adquirir máquinas, ferramentas, meios de transporte, livros, móveis e tudo quanto se torne necessário ao funcionamento da Cooperativa e ainda vender bens móveis que não convenham ou se tornem dispensáveis;
- l) Adquirir, construir e alienar ou onerar imóveis, quando autorizada pela assembleia geral;
- m) Praticar todos e quaisquer actos em defesa dos interesses da Cooperativa e dos cooperadores, na salvaguarda dos princípios cooperativos.

### **Artigo 42.º**

#### **Reuniões**

1 - A direcção reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que o presidente a convoque ou a pedido da maioria dos membros efectivos.

2 - A direcção só pode tomar deliberações com a presença da maioria dos seus membros efectivos.

### **Artigo 43.º**

#### **Poderes de representação**

1 - A representação da Cooperativa em juízo e fora dele compete à direcção, a qual pode também constituir mandatários judiciais.

2 - A direcção pode, parcialmente, delegar as suas competências estatutárias, ou outras aprovadas em assembleia geral, em um ou mais directores executivos ou gerentes mandatários e revogar o respectivo mandato.

### **Artigo 44.º**

#### **Assinaturas**

A Cooperativa obriga-se com as assinaturas conjuntas de dois membros da direcção, nos seguintes casos:

- 1 – a) Dar ou tomar de arrendamento quaisquer locais de ou para a Cooperativa, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;

## **CAVAGRI - Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, C.r.l.**

Contribuinte nº 504578065

- b) Dar ou tomar de trespasse quaisquer estabelecimentos de ou para a Cooperativa;
  - c) Comprar ou adquirir e vender ou alienar por qualquer título ou forma, preço, valor e demais condições quaisquer bens imóveis e viaturas automóveis
  - d) Confessar devedora de quaisquer quantias, constituir, modificar ou cancelar todo o tipo de garantias ou empréstimos, incluindo dar quaisquer imóveis ou viaturas de hipoteca; e,
  - e) Emitir cheques ou quaisquer outros meios de levantamento bancário.
- 2 – Fora os casos previstos no número um do presente artigo, a Cooperativa obriga-se com a assinatura de um membro da Direcção.

### **Artigo 45.º**

#### **Competência dos membros**

- 1 - Compete, nomeadamente, ao presidente:
  - a) Convocar as reuniões da direcção, a elas presidir e orientar os trabalhos;
  - b) Representar a Cooperativa;
- 2 - Compete, designadamente, ao vice-presidente:
  - a) Substituir o presidente nas suas faltas e impedimentos;
  - b) Dirigir qualquer serviço de que seja encarregado pela direcção.
- 3 - Compete especialmente ao secretário:
  - a) Manter actualizado o livro de actas das reuniões da direcção;
  - b) Orientar a preparação dos elementos necessários ao relatório anual da direcção.
- 4 - Ao tesoureiro cabe a responsabilidade dos valores monetários da Cooperativa.

### **Artigo 46.º**

#### **Director executivo**

- 1 - A direcção pode nomear um director executivo, independentemente de pertencer ou não à direcção, a quem competirá assegurar o expediente normal, a gestão do pessoal e o estabelecimento de relações com departamentos públicos, bancários e outras, além da execução dos serviços que lhe hajam sido determinados pela direcção.
- 2 - A direcção pode designar outros mandatários, delegando-lhes poderes específicos autorizados pela assembleia geral.

### **Artigo 47.º**

#### **Responsabilidade dos directores, director executivo e outros mandatários**

- 1 - São responsáveis civilmente, de forma pessoal e solidária, perante a Cooperativa e terceiros, sem prejuízo de eventual responsabilidade criminal e da aplicabilidade de outras sanções, os directores, o director executivo e outros mandatários que hajam violado a lei, os estatutos ou as deliberações da assembleia geral ou deixado de executar fielmente o seu mandato, designadamente:
  - a) Praticando, em nome da Cooperativa, actos estranhos ao objecto, ou aos interesses desta, ou permitindo a prática de tais actos;
  - b) Pagando ou mandando pagar importâncias não devidas pela Cooperativa;
  - c) Deixando de cobrar créditos que, por isso, hajam prescrito;
  - d) Procedendo à distribuição de excedentes fictícios ou que violem os estatutos ou a lei;
  - e) Usando o respectivo mandato, com ou sem utilização de bens ou créditos da Cooperativa, em benefício próprio ou de outras pessoas, singulares ou colectivas.

## **CAVAGRI - Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, C.r.l.**

Contribuinte nº 504578065

2 - A delegação de competência da direcção no director executivo ou outros mandatários não isenta de responsabilidade os directores, salvo o disposto na lei.

### **SECÇÃO IV Conselho fiscal**

#### **Artigo 48.º**

##### **Composição**

- 1 - O conselho fiscal é composto por presidente e dois vogais.
- 2 - Serão eleitos também três membros suplentes.
- 3 - Em caso de vacatura do cargo, os membros do conselho fiscal elegerão o presidente na primeira reunião.

#### **Artigo 49.º**

##### **Competência**

O conselho fiscal é o órgão de controle e fiscalização da Cooperativa, competindo-lhe, nomeadamente:

- a) Examinar, sempre que julgue conveniente e pelo menos trimestralmente, a escrita da Cooperativa e apreciar a sua situação económica e financeira;
- b) Verificar o saldo de caixa e a existência de títulos e valores de qualquer espécie, o que fará constar das respectivas actas;
- c) Assistir às reuniões da direcção sempre que o pretenda;
- d) Emitir parecer sobre o relatório, o balanço e as contas do exercício, plano de actividades e orçamento para o ano seguinte;
- e) Requerer a convocação de assembleias gerais extraordinárias;
- f) Verificar o cumprimento da lei e dos estatutos.

#### **Artigo 50.º**

##### **Reuniões**

- 1 - As reuniões ordinárias do conselho fiscal terão, pelo menos, periodicidade trimestral.
- 2 - O conselho fiscal reúne extraordinariamente sempre que o presidente o convoque ou a pedido da maioria dos seus membros efectivos.
- 3 - Os membros suplentes do conselho fiscal podem assistir às reuniões do mesmo.
- 4 - Ao presidente compete convocar as reuniões, a elas presidir e orientar os trabalhos.
- 5 - Aos vogais compete coadjuvar o presidente e elaborar as actas das sessões.

### **CAPÍTULO V**

#### **Das reservas e distribuição de excedentes**

#### **Artigo 51.º**

##### **Reservas**

- 1 - São criadas as seguintes reservas obrigatórias:
  - a) Reserva legal, destinada a cobrir eventuais perdas de exercícios;
  - b) Reserva para educação e formação cooperativa, destinada a cobrir as despesas com a educação cooperativa e com a formação técnica e profissional dos seus membros;
  - c) Reserva para investimento.

## **CAVAGRI - Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, C.r.l.**

Contribuinte nº 504578065

2 - A assembleia geral pode criar outras reservas, devendo, nesse caso, determinar o seu modo de formação, aplicação e liquidação.

3 - Se os prejuízos do exercício forem superiores aos montantes da reserva legal, a assembleia pode deliberar que a diferença seja exigida aos cooperadores, proporcionalmente ao valor das operações realizadas por cada um deles, sendo a reserva legal reconstituída até ao nível anterior em que se encontrava.

### **Artigo 52.º**

#### **Reserva legal**

1 - Revertem para a reserva legal, segundo a proporção que for definida pela assembleia geral, mas nunca inferior a cinco por cento, as joias e os excedentes anuais líquidos provenientes das operações realizadas com os cooperadores.

2 - As reversões deixarão de ser obrigatórias desde que a reserva atinja o montante igual ao do capital social da Cooperativa.

### **Artigo 53.º**

#### **Reserva para a educação e formação cooperativa**

1 - Revertem para esta reserva:

- a) A parte das joias que não for afectada à reserva legal;
- b) A parte dos excedentes anuais líquidos provenientes das operações com os cooperadores que for estabelecida em assembleia geral, não podendo ser inferior a um por cento; e
- c) Os donativos e subsídios que forem especialmente destinados às finalidades da reserva.

2 - As formas de aplicação desta reserva serão determinadas pela assembleia geral.

### **Artigo 54.º**

#### **Reserva para investimento**

Revertem para esta reserva a parte dos excedente anuais líquidos provenientes das operações com os cooperadores que for estabelecida em assembleia geral, não podendo ser inferior a dez por cento.

### **Artigo 55.º**

#### **Aplicação dos excedentes**

1 - Os excedentes que não tiverem aplicação nas reservas obrigatórias poderão ter as seguintes aplicações:

- a) As percentagens que a assembleia geral fixar para as reservas facultativas;
- b) Uma percentagem até dez por cento, que a assembleia geral poderá fixar para remuneração dos títulos de capital;
- c) O remanescente poderá ser rateado pelas secções na proporção em que para ele contribuírem, com posterior retorno aos cooperadores, na proporção do valor das operações realizadas por cada um ou uma das secções.

2 - Não poderá, porém, proceder-se a esta distribuição antes de se terem compensado as perdas dos exercícios anteriores, ou, se se tiver utilizado a reserva legal para compensar essas perdas, antes de se ter reconstituído a reserva no mesmo nível anterior ao da sua utilização.

### **Artigo 56.º**

#### **Insusceptibilidade de repartição**

Todas as reservas obrigatórias bem como as que resultem de operações com terceiros, são insusceptíveis de repartição entre os cooperadores.

**TÍTULO II****COBRANÇA DE TAXA PELA REALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REFORÇO DE  
INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS – TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E TAXA  
ESPECIAL DE URBANIZAÇÃO****Capítulo I****Artigo H-2/1.º****Âmbito de aplicação**

1 – A taxa pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, aqui designada por taxa municipal de urbanização ou TMU, é devida nas operações de loteamento e de edificações e ainda nas obras de ampliação e alteração sempre que estas, pela sua natureza, impliquem um acréscimo de encargos públicos de realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas.

2 – Aquando da emissão do alvará relativo a obras de construção, ampliação ou alteração, não são devidas as taxas referidas no número anterior, se as mesmas já tiverem sido liquidadas previamente em fase de licenciamento ou autorização da operação de loteamento em que se integrem.

3 – A taxa referida no número 1 deste artigo é calculada tendo em conta as diversas tipologias das edificações e das operações urbanísticas e bem assim os seus usos e localização em unidades geográficas territoriais de idêntico nível de infraestruturização, variando proporcionalmente ao investimento municipal que a operação urbanística em causa já implicou ou venha a implicar.

4 – Para efeitos de aplicação da taxa municipal de urbanização são consideradas duas unidades geográficas territoriais, sendo uma a zona situada no interior do perímetro urbano da cidade de Braga definido no Regulamento do PDM e a outra a restante área territorial concelhia.

**“5 – A Taxa Municipal de Urbanização a aplicar a instalações agrícolas, em todo o concelho, terá uma redução de 80 % .**

**6 - Para efeitos de aplicação do número anterior, consideram-se instalações agrícolas as seguintes: Vacarias, estábulos, dalas de ordenha, silos, anexos agrícolas, estufas agrícolas, , entre outros, excluindo-se habitação.”**



**Artigo H-2/2.º**

**Índices e fórmula a aplicar**

1 – A taxa municipal de urbanização a aplicar às situações previstas no número 1, do artigo anterior, é determinada pela seguinte fórmula base:

$$* TMU = i \times l \times u \times A \times C$$

em que: **TMU** - é o valor em euros da taxa devida ao município pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas.

**i** - é o fator dependente do tipo de operação urbanística sobre a qual incide a TMU, podendo assumir os seguintes dois valores:

**0.008** - quando se trate de operação de loteamento

**0.012** - quando se trate de operações de edificação, de ampliação ou de alteração não inseridas em operações de loteamento, quer sejam ou não geradoras de impactes semelhantes a operações de loteamento

**l** - é o fator correspondente à localização da operação urbanística relativamente às unidades geográficas territoriais definidas neste Regulamento, sendo:

**1** - dentro do perímetro urbano da cidade de Braga

**0.6** - fora do perímetro urbano da cidade de Braga

**u** - é o fator correspondente ao uso ou tipo de utilização das edificações com:

**1** - habitação e equipamento privativo (saúde, escolar, desportivo, hoteleiro ...)

**1.2** - comércio, escritórios, restauração e bebidas e prestação de serviços urbanos

**0.5** - armazéns, indústria, oficinas auto e equivalentes, \*\*postos de abastecimento de combustíveis.

**0.25** - garagens, arrecadações, \*\* stands de venda e exposições ao ar livre, edificações rurais e agrícolas

**\*\* A área a considerar é toda a área do empreendimento, independentemente das áreas das edificações normais de apoio.**

**A** - área bruta de construção - é o valor em metros quadrados constituído pelo somatório das áreas de todos os pavimentos (pisos) situados acima e abaixo do solo, medidos pelo extradorso

das paredes exteriores, incluindo corpos salientes, mas excluindo sótãos não habitáveis, terraços abertos, alpendres, varandas, \*\*\*áreas de estacionamento afetas às frações dos prédios, áreas técnicas (PTs, centrais térmicas ou de bombagem, compartimentos de recolha de lixo, etc.), galerias exteriores, arruamentos e outros espaços livres de uso público cobertos pelas edificações.

**\*\*\* Em moradias independentes a área máxima a considerar, para efeitos desta taxa, como estacionamento coberto privativo não integrante da área bruta de construção A é, quando em cave, de 100m<sup>2</sup>, sendo a área restante tributada como área habitacional.**

Para além de cobertos e alpendres exteriores são também excluídos das áreas de construção para o fim em vista os espaços fechados destinados a garagens e arrecadações no caso de se situarem em construções anexas fora do respetivo edifício, até se completar conjuntamente com áreas em cave não consideradas na área de construção A o limite de 100m<sup>2</sup> referido na anotação anterior, sendo tributadas as áreas excedentes.

**C (euros/m<sup>2</sup>)** – é o custo correspondente à área do metro quadrado de construção definido pela Portaria que fixa periodicamente os valores unitários por metro quadrado do preço de construção da habitação para efeitos do cálculo da renda condicionada.

\*

Para os casos de operações urbanísticas de características mistas ao nível da utilização ou que incidam em mais que uma unidade geográfica territorial ou ainda para os casos em que ambas essas situações se verifiquem simultaneamente, a fórmula a aplicar deverá refletir de forma composta, essas situações.

- Operações de características mistas ao nível da utilização (habitação, comércio, armazéns, garagens,...)

$$TMU = i \times l \times (u1 \times A1 + \dots + un \times An) \times C$$

- Operações incidentes em ambas as unidades territoriais previstas neste Regulamento.

$$TMU = i \times u \times (l1 \times A1 + l2 \times A2) \times C$$

### **Artigo H-2/3.º**

#### **Individualidade da taxa**

A taxa municipal de urbanização é distinta de outros encargos de âmbito municipal sujeitos a regime próprio, designadamente, os respeitantes a tarifas relacionadas com a ligação à rede de esgotos e sua conservação, bem como de encargos com a execução de saneamento.

#### **Artigo H-2/4.º**

##### **Pagamentos**

1 - As taxas de valor superior a € 5 000,00 (cinco mil euros) poderão ser liquidadas em quatro prestações semestrais iguais, sendo a primeira no ato de levantamento da licença ou autorização.

2 - O pagamento das restantes prestações por liquidar deverá ser garantido através de caução a prestar nos termos previstos na lei.

3 - No caso de o pagamento não ser efetuado dentro do prazo fixado, proceder-se-á ao débito ao tesoureiro para efeito de cobrança coerciva através de processo executivo.

4 - A Câmara Municipal poderá acordar a substituição da totalidade ou de parte do quantitativo em numerário, por lotes ou prédios rústicos ou urbanos, em condições que deverão constar de contrato de urbanização.

#### **Artigo H-2/5.º**

##### **Isenções**

1 - Estão isentas de pagamento de taxa municipal de urbanização:

a) - As operações urbanísticas cuja execução tenha sido objeto de acordo celebrado entre o Município e os particulares e desde que tal isenção fique estabelecida no respetivo contrato;

b) - Por deliberação da Câmara, ou despacho do seu Presidente, as habitações de carácter unifamiliar, com área bruta de construção inferior a 240m<sup>2</sup>, pertencentes a famílias de fracos recursos, mediante demonstração da sua insuficiência económica devidamente comprovada através de inquérito socioeconómico;

c) - Os empreendimentos a que, por deliberação da Câmara Municipal, venha a ser reconhecido interesse ou relevância económica ou social para o Município, bem como, mediante deliberação do mesmo órgão, os empreendimentos da iniciativa de pessoas ou

entidades, devidamente legalizadas, que prossigam, na área deste Município, fins de caráter cultural, social, religioso, desportivo ou recreativo;

d) – As operações de loteamento e as construções inseridas em prédios vendidos ou doados pelo Município de Braga.

## **Capítulo II**

### **Taxa Especial de Urbanização (TEU)**

#### **Artigo H-2/6.º**

##### **Incidência e distribuição da taxa aplicável**

1 - A taxa especial de urbanização pela realização de infraestruturas urbanísticas específicas, realizadas diretamente pela Câmara Municipal, no âmbito da concretização de ações em unidades de planeamento promovidas pela Câmara, como sejam Planos de Urbanização, Planos de Pormenor ou outras operações urbanísticas justificativas de uma intervenção integrada e global, entre as quais a construção de vias estruturantes que sejam passíveis de aproveitamentos urbanísticos diretos, a aplicar por deliberação da Câmara Municipal, destina-se ao pagamento desses custos de realização suportados pelo Município, incluindo os de aquisição de parcelas, e ainda ao pagamento dos custos representados pela necessidade de manutenção e reforço das infraestruturas gerais correspondentes à normal taxa municipal de urbanização.

2 – A taxa especial de urbanização será calculada de forma ponderada e proporcional, tendo em conta:

a) - o custo total da realização de infraestruturas específicas realizadas pela Câmara em cada unidade de planeamento face às áreas globais das edificações programadas ou previstas abrangidas pelo perímetro da zona de intervenção;

b) – a que acrescerá uma oneração que se fixa em 50% da taxa municipal de urbanização pelos custos de manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas gerais.

3 – No cálculo da taxa municipal de urbanização referida na alínea b) do ponto anterior, e bem assim nos cálculos de ponderação para apuramento do valor de indexação dos custos diretos de execução de infraestruturas, a cada metro quadrado de construção, previstos na

alínea a) do mesmo ponto, serão aplicados, caso da TMU, ou considerados, caso dos cálculos de ponderação, os índices i, l e u, correspondentes à tipologia das operações urbanísticas, à localização nas diferentes unidades geográficas territoriais e ao uso das edificações previstos na TMU (Taxa Municipal de Urbanização).

### **Artigo H-2/7.º**

#### **Pagamentos**

1 – A taxa será liquidada integralmente no momento da emissão do alvará de licenciamento ou título urbanístico, no caso de as infraestruturas urbanísticas específicas se encontrarem já totalmente realizadas pela Câmara.

2 - No caso de as infraestruturas urbanísticas se não encontrarem iniciadas ou totalmente realizadas, admitir-se-á a liquidação em prestações nos seguintes termos:

a) – 1.ª prestação, correspondente a 30%, no ato da emissão de alvará de licenciamento ou título urbanístico;

b) – 2.ª prestação, correspondente a 20%, 30 dias após o início das obras de infraestruturização urbanística a efetuar pela Câmara;

c) – 3.ª prestação, correspondente a 30%, 180 dias após o termo do prazo da 2.ª prestação;

d) - 4.ª prestação, correspondente a 20%, imediatamente a seguir à conclusão das infraestruturas.

3 – A Câmara exigirá garantia, através de caução, relativamente às prestações por liquidar.

4 – Seguir-se-á o processo executivo no caso de as prestações não serem liquidadas nos prazos fixados.

## Proposta de alteração art.º 22 – Tabela de Taxas

Art.º 21º									
3 - Acresce aos valores referidos nos números anteriores:									
3.1 - Por lote									
3.2 - Por fogo									
3.3 - Por unidades de ocupação - por cada 100 m2 de construção ou fração									
Licença de obras de urbanização ou alterações									
1 - Emissão de alvará de licença ou comunicação prévia									
2 - Por cada mês ou fração fixado para a execução das obras (2% do valor da licença)									
Art.º 22º									
Licença para a realização de obras de edificação ou alterações									
1 - Emissão de alvará ou aditamento ao alvará de licença									
2 - Acresce ao valor referido no número anterior, em função da superfície, por metro quadrado ou no caso de muros por metro linear									
3 - Acresce ao valor referido no número 1, para estabelecimentos ou conjuntos comerciais ao abrigo da Lei n.º 12/2004, de 30 de março									
4 - Acresce ao valor obtido pela soma dos números 1 e 2, para os corpos salientes de construções, na parte projetada sobre o domínio público, por metro quadrado									
5 - Instalação de escançons, escadas mecânicas e montacargas, por cada									
6 - Prazo de execução da obra, por cada mês ou fração									
Art.º 23º									
Promoções									
1 - Para primeira promoção									
1.1 - Para a realização de									
1.2 - Para a execução de									

Nota: As edificações agrícolas (viveiros e coberturas de apoio à atividade agrícola), a taxa prevista no presente artigo é reduzida em 80 %.

- ... e uma **redução de 50% das taxas de licenciamento para empreendimentos e unidades de turismo em espaço rural** desde que o requerente:
- Cumpra no âmbito da reabilitação do património rural as indicações do regulamento, em anexo, confirmadas pelo município aquando o processo de licenciamento ou sujeita a prévia vistoria a realizar pelos serviços municipais para verificação do cumprimento do **Regulamento para a Recuperação do Património Edificado em Espaço Rural** – anexo I;
  - Demonstre a existência de um Plano de Investimento e de criação de postos de trabalho no âmbito do turismo em espaço rural, sujeito a avaliação de interesse económico pela InvestBraga, EM;
  - Para efeitos do disposto nas alíneas anteriores consideram-se enquadráveis as Unidades de criação ou desenvolvimento de produtos turísticos, nomeadamente ecoturismo, enoturismo, turismo associado a atividades de caça e pesca, turismo equestre, religioso, de saúde, cultural e de Parques Temáticos localizados nas Unidades de Paisagem intituladas como Vale do Cávado, Encosta dos Santuários e Veigas de Braga, em planta anexa, bem como o Alojamento turístico de pequena escala integrados nas seguintes tipologias de empreendimentos turísticos: turismo de habitação, turismo no espaço rural no grupo de casas de campo, parques de campismo e caravanismo e de turismo de natureza.